

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL – PRODER

RISOMAR GOMES MONTEIRO FIALHO

A PERCEÇÃO DAS FAMÍLIAS DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE JUAZEIRO DO NORTE
ACERCA DA DIMENSÃO AFETIVA DA SUSTENTABILIDADE

JUAZEIRO DO NORTE
2018

RISOMAR GOMES MONTEIRO FIALHO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável
Orientador Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha

JUAZEIRO DO NORTE**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

- F464p Fialho, Risomar Gomes Monteiro.
A percepção das famílias da Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte acerca da dimensão afetiva da sustentabilidade/ Risomar Gomes Monteiro Fialho. – 2018.
91 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.
(Inclui bibliografia p.86-90).
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2018.
Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.
- Orientação: Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha.
1. Sustentabilidade. 2. Afeto. 3. Família. 4. Dimensão afetiva. 5. Artesãos. I. Título.

CDD 363.7098131

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355

**A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE
JUAZEIRO DO NORTE ACERCA DA DIMENSÃO AFETIVA DA
SUSTENTABILIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Vivian da Cunha (Orientador)
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza (Co-orientadora)
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Profa. Dra. Salete Maria da Silva
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. José Patrício Pereira Melo
Universidade Regional do Cariri - URCA

“Não é fácil ser um homem livre: fugir da peste, organizar encontros, aumentar a potência de agir, afetar-se de alegria, multiplicar os afetos que exprimem ou envolvem um máximo de afirmação. Fazer do corpo uma potência que não se reduz ao organismo, fazer do pensamento uma potência que não se reduz à consciência.” – GILLES DELEUZE

DEDICATÓRIA

Às famílias da Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte, pela resistência diária, pelo amor à arte e em gratidão pelo nosso encontro, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelas graças imerecidas e pela coragem para a realização deste propósito;

Aos meus pais, Eliú Monteiro e Alzirene Gomes, por me ensinarem a amar o conhecimento e pelo amor incondicional que me dedicam.

À Wesley, meu irmão e meu amigo, pelo suporte diário de amor e cuidado.

Às minhas queridas amigas Mila, Aline, Kathyane e Gabrielle, por haverem tornado florido meu caminho no PRODER.

Ao meu orientador, Professor Eduardo Vívian, pelo apoio e atenção;

À minha amada professora Laudeci, por toda a luz que derramou no meu caminho. Nunca conseguirei agradecer o suficiente.

À querida professora Salete Maria, pela inspiração desde a graduação e pelas imensuráveis contribuições, as quais tornaram possível a realização desta pesquisa.

Ao prof. Patrício Melo, pela atenção ao meu convite e a disponibilidade para compor a banca.

À Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte, por me permitir enxergá-los e por me receberem com afeto.

A todos que de algum modo contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A sustentabilidade como a possibilidade de utilização consciente dos recursos e a preservação destes para as gerações futuras, evoluiu no seu conceito ao longo do tempo, deixando de abarcar somente uma vertente ecológica de preservação, mas apresentado uma ideia de desenvolvimento pluridimensional, pelo alcance do equilíbrio entre os fatores econômicos, culturais, ambientais, sociais e políticos. Esta visão multifacetada coloca em evidência sujeitos e grupos que muitas vezes não foram considerados nas análises que levaram em consideração o desenvolvimento em seu viés puramente econômico. Deste modo, o presente trabalho tem como foco principal analisar o grupo familiar sob a perspectiva da dimensão afetiva da sustentabilidade, procurando enxergar as implicações dos afetos individuais e coletivos sobre a família e sua contribuição para a sustentabilidade em todas as suas dimensões. A pesquisa bibliográfica e de campo evidenciou o quanto ainda se precisa avançar no reconhecimento da estrutura multifacetada da sustentabilidade e o quanto a educação para a sustentabilidade é urgente e necessária como meio de conduzir os corpos individuais e coletivos ao reconhecimento de seu papel ativo na transformação do mundo em que vivemos, como uma responsabilidade intergeracional.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Afeto. Família. Dimensão afetiva. Artesãos.

ABSTRACT

Sustainability as the possibility of conscious use of resources and the preservation of these for future generations has evolved in its concept over time, failing to encompass only an ecological aspect of preservation, but presented an idea of multidimensional development, for reaching the equilibrium between economic, cultural, environmental, social and political factors. This multifaceted view brings into focus subjects and groups that were often not considered in the analyzes that took development into account in its purely economic bias. Thus, the main focus of the present study is to analyze the family group from the perspective of the affective dimension of sustainability, seeking to see the implications of individual and collective affections on the family and its contribution to sustainability in all its dimensions. The field and bibliographical research evidenced how much still needs to be done in recognizing the multifaceted structure of sustainability and how education for sustainability is urgent and necessary as a means of leading individual and collective bodies to the recognition of their active role in the transformation of the world we live in, as an intergenerational responsibility.

Keywords: Sustainability. Affection. Family. Affective dimension. Artisans.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização espacial do Município de Juazeiro do Norte.....	16
Figura 2 – Fachada do Centro de Cultura Popular Mestre Noza.....	18
Figura 3 – Peças produzidas pelos artesãos da Associação dos artesãos de Juazeiro do Norte	19
Figura 4 - Fotografia de artesão esculpindo madeira.....	19

LISTA DE SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ODM – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável

AD – análise do discurso

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	13
OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	16
1.1 Aspectos metodológicos.....	16
Caracterização da área de estudo.....	16
Localização da pesquisa.....	17
A descrição e as razões da escolha do campo de pesquisa.....	18
Os sujeitos da pesquisa.....	19
O tipo e a natureza do estudo.....	20
A estratégia da pesquisa.....	21
A técnica de coleta de dados.....	22
O método de análise dos dados.....	22
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE E AFETO: notas conceituais.....	25
2.1 Desenvolvimento sustentável: o surgimento de um conceito.....	25
2.1.1 Os objetivos do desenvolvimento sustentável.....	31
2.1.2 Os indicadores de desenvolvimento sustentável.....	34
2.2 Sustentabilidade.....	36
2.3 Afeto e dimensão afetiva da sustentabilidade.....	43
2.4 Agenciamento como possibilidade de criar o novo.....	48
2.5. O papel das instituições sociais e desenvolvimento sustentável: O Estado e a família	52
2.5.1 O papel do Estado como instituição social.....	55
2.5.2. O papel da família como instituição social.....	59
2.5.3 O indivíduo e a família.....	62

2.5.4 O masculino e o feminino: Os papéis sociais na família e o ecofeminismo.....	64
2.5.5 Família e sustentabilidade: o movimento dos afetos na família.....	71
3. SUSTENTABILIDADE AFETIVA NA FAMÍLIA: Análise do discurso das famílias da Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte.....	74
3.1 Apresentação dos dados da pesquisa.....	74
3..2. O que é família.....	76
3. 3 O papel individual do sujeito na família.....	77
3. 4 O afeto dos corpos políticos: como o Estado afeta a família.....	80
3.5 A sustentabilidade como um conceito e a sustentabilidade na família.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89

INTRODUÇÃO

A família precede todos os outros agrupamentos humanos, sendo sobretudo relevante estudá-la como fenômeno social relevante que é. Por esta razão, a história da família é indissociável da própria história do homem sobre a terra. Mas reduzir o estudo da família à sua formação social não dá conta de fenômeno tão complexo, uma vez que sobre ela incidem além das questões de cunho sociológico, outras tantas de cunho antropológico, biológico e jurídico. Uma abordagem que seja capaz de abranger minimamente sua citada complexidade há de ser, incontestavelmente, interdisciplinar.

A possibilidade de estudar a família numa perspectiva multidisciplinar, procurando enxergar outros vieses que não o jurídico, abandonando o recorte disciplinar da graduação, é um desafio, uma vez que a segurança de discutir apenas um aspecto – neste caso, o jurídico - deveria ser abandonada. Ao refletir sobre as possibilidades de análise da família num contexto de discussão onde desenvolvimento sustentável e sustentabilidade era lugar-comum, deparamo-nos com as dimensões da sustentabilidade e como as diversas faces de cada uma delas eram incrivelmente complementares. Um mundo de possibilidades de pesquisa se descortinou, permitindo a escolha de um aspecto que nos pareceu bastante relevante, que é a contribuição da família para o desenvolvimento sustentável.

A relevância do tema não se dá apenas pelo fato de ser algo pouco tratado, - em parte pela dificuldade de definição da dimensão afetiva - mas é relevante, sobretudo, porque permite aprofundar uma discussão acerca dos atores familiares no contexto do desenvolvimento sustentável e como o desempenho destes sujeitos influencia conceitos e ações sustentáveis ou insustentáveis, o que coloca os sujeitos humanos como protagonistas da discussão acerca da questão ambiental, fugindo de uma análise do meio-ambiente onde os sujeitos sejam apenas coadjuvantes.

Para definir a família como o objeto de estudo nesta pesquisa, não se pretende aqui regredir até as origens pré-históricas da família, uma vez que as bases deste

fenômeno prescindem de unanimidade, o que tornaria o estudo pretendido um tanto mais complexo e infrutífero.

É certo que a complexidade dos arranjos familiares pressupõe a impossibilidade de tratá-la sob o prisma unicamente do afeto, uma vez que, ao falar da família, também nos reportamos a uma realidade social e institucional que é antes de tudo política. Nesta perspectiva, o que conhecemos como família é fruto de um conjunto de relações que envolvem normas definidas pelo Estado, relações de produção e trabalho, representações sociais no que diz respeito aos papéis masculinos e femininos e questões de cunho individual, construídas na subjetividade de seus integrantes.

Assim, com a presente pesquisa buscamos demonstrar quais as bases fundantes do conceito de sustentabilidade afetiva, partindo da elaboração e evolução do conceito de dimensões da sustentabilidade e qual o papel do afeto na construção de um desenvolvimento sustentável. Para isto, nos debruçamos sobre a família, buscando perceber como esta se comporta em relação à sustentabilidade e ao reconhecimento da necessidade de desenvolvimento sustentável e em que medida a família afeta e é afetada pelo meio em que está inserida. A tarefa não parece fácil nem passível de ser terminada, uma vez que tais questões estão sendo vivenciadas ao mesmo tempo em que estão sendo estudadas, numa construção extremamente dinâmica. O trabalho pretende lançar luz sobre a discussão mas sem a pretensão de encerrá-la.

No primeiro capítulo apresentaremos o campo e os caminhos da pesquisa em seus aspectos metodológicos, com a caracterização da área de estudo, a localização da pesquisa, a descrição e as razões da escolha do campo de pesquisa, bem como dos sujeitos da pesquisa. Analisaremos também o tipo e a natureza da pesquisa, além da estratégia utilizada e da técnica escolhida para a coleta de dados.

No segundo capítulo, trataremos de conceituar desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e suas múltiplas dimensões, dando ênfase à dimensão afetiva da sustentabilidade e buscando definir afeto, uma vez que este conceito é basilar na compreensão da hipótese trazida.

No terceiro capítulo trataremos de sustentabilidade afetiva na família com a análise do discurso das famílias da associação de artesãos de Juazeiro do Norte.

Partimos da linguagem como um produto sócio-histórico, onde se cruzam estrutura e acontecimento. Assim, não se pode imaginar que é possível analisar o discurso com foco apenas no acontecimento, sem dar importância à estrutura histórica por trás deste. Deste modo a fala dos sujeitos da pesquisa é atravessada por várias outras falas que circulam dentro e fora de seus espaços comuns.

Analisaremos assim as representações que povoam o discurso destes sujeitos, como a de família, de identidade de si, de reconhecimento do outro, do Estado e como estas representações produzem sentido a partir de suas relações. A hipótese que norteou a pesquisa é de que existe uma dimensão afetiva na sustentabilidade através da qual se percebem como os sujeitos afetam e são afetados em suas relações dentro da família e com o Estado e que estes afetos são significativos para estabelecer ou não práticas sustentáveis. A partir desta, construiu-se a base teórica para posteriormente verificá-la na prática.

1 OS CAMINHOS DA PESQUISA

1.1 Aspectos metodológicos

1.1.1. Caracterização da área de estudo

O município de Juazeiro do Norte está localizado no Ceará, na microrregião do Cariri, Ocupa uma área de 249 km², e sua população é de 270 383 habitantes. É o terceiro mais populoso do Ceará. Limita-se ao norte com o município de Caririáçu, ao sul com os municípios de Crato, Missão Velha e Barbalha a leste com os municípios de Missão Velha e Caririáçu e a oeste com o município de Crato.

Figura1 – Localização do Município de Juazeiro do Norte



Os climas são Tropical Quente Semi-árido e Tropical Quente Semi-árido Brando. A vegetação predominante é a típica do semiárido, mais especificamente

floresta caducifolia espinhosa. Em determinados pontos, existem matas de transição. O nome do município decorre de uma árvore bastante comum na região, o Juazeiro. Ao longo das margens dos rios existe a chamada mata de galeria, vegetação original caracterizada pela umidade em contraste com regiões adjacentes mais secas. Pertence ainda à bacia hidrográfica do Rio Salgado (CEARÁ, 2018)

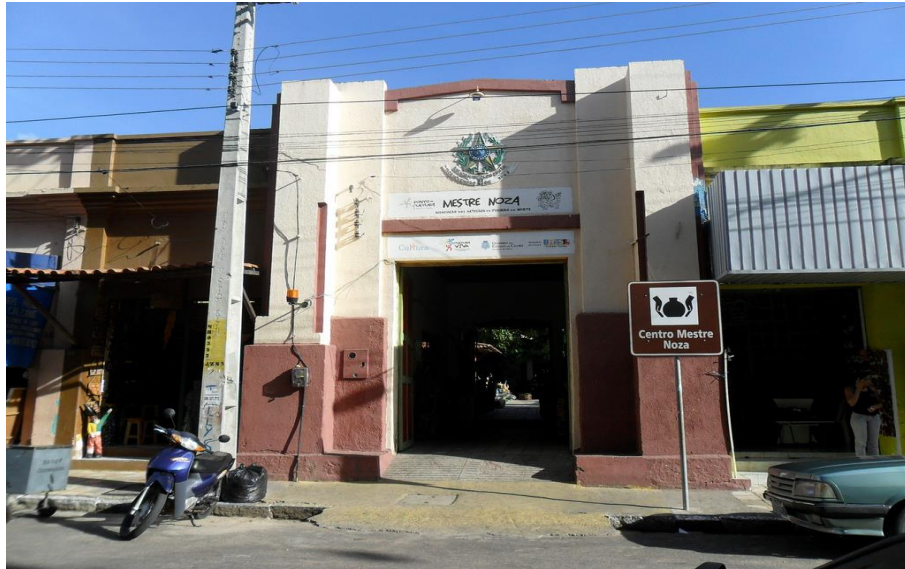
Na área urbana a vegetação se resume às praças e parques, sendo a principal área verde, o *Parque Ecológico das Timbaúbas*, uma área voltada para o adensamento de bosques, visando a preservação de importantes mananciais hídricos ali localizados. Com exceção da *Serra do Horto* e de uma depressão entre os bairros Timbaúbas e Limoeiro, o relevo do município é regular. A área onde a cidade foi erguida se localiza em um vale encravado na Chapada do Araripe.

Do ponto de vista econômico, o município exerce forte influência sobre todo Sul do Ceará, sendo um importante centro de compras e serviços regionais e um destino de turismo religioso dos mais prósperos do país, tendo no turismo religioso, no comércio e na indústria calçadista, seus maiores geradores de renda, sendo um dos maiores polos do país na área calçadista. É também um centro cultural reconhecido pelo seu artesanato e suas representações populares da cultura.

1.1.2 Da localização da pesquisa

O universo físico da pesquisa está localizado na zona urbana do município de Juazeiro do Norte, mais precisamente no centro da cidade, num espaço de intenso fluxo de pessoas, visto estar estrategicamente inserido no espaço destinado ao comércio. O local abriga o centro de cultura popular Mestre Noza e é a sede da Associação de Artesãos Padre Cicero.

Figura 2 – Centro cultural Mestre Noza



1.1.3 Da descrição e as razões da escolha do campo de pesquisa

A associação de artesãos Padre Cícero está localizada na cidade de Juazeiro do Norte, no interior do Ceará, na Rua São Luiz n.º 95, no centro da cidade. Ela tem 33 anos de existência, e conta atualmente com a participação de cerca de 70 artesãos, já tendo porém chegado a possuir mais de 120 associados. Engloba artistas de diversas áreas desde escultores, pintores, xilogravuristas e artesãos que trabalham barro, palha, madeira e couro e ainda cordelistas.. A associação funciona no Centro de cultura popular Mestre Noza, que tem seu nome como uma homenagem ao escultor e xilogravurista pernambucano Inocêncio Medeiros da Costa, conhecido como Mestre Noza que veio ao Juazeiro como romeiro no ano de 1912 e acabou se fixando na cidade como residente. A associação além de expor peças que não estão à venda, tem na venda das peças de seus associados sua principal função. Artesãos de diversas partes do Cariri ali expõem seus trabalhos, os quais semanalmente são entregues na Associação, que os comercializa. Além do comércio das peças que são produzidas fora e compradas dos artesãos pela Associação para posterior revenda, alguns destes artesãos produzem as peças dentro do próprio centro, onde compradores, turistas ou simplesmente curiosos podem acompanhar a feitura das esculturas, pinturas e demais trabalhos ali realizados.

Figura 2 – Arte produzida na Associação de artesãos de Juazeiro do Norte



Homens e mulheres de idades bem distintas fazem parte do rol de associados e o centro é uma referência em arte do imaginário, que são esculturas de temas religiosos, ali encontrados sobretudo em madeira.

Figura 4 – Artesão esculpindo madeira



O Município de Juazeiro é responsável pela sessão do espaço físico, arcando ainda com o pagamento da água e energia utilizadas no local, conforme nos foi informado pelos responsáveis pelo centro.

1.1.4 Dos sujeitos da pesquisa

As razões pelas quais se elegeu esta associação específica como sujeitos da pesquisa, diz respeito ao fato de que tais sujeitos usam como matéria-prima de suas criações, quase sempre materiais oriundos da natureza, os quais são reaproveitados para a criação das peças, dando a este material um destino diferente muitas vezes diferente do fogo, no caso da madeira ou do lixo, no caso de produtos como palha ou cascas.

Era interesse da pesquisadora compreender as relações dos pesquisados com este tipo de material e se a utilização desde era feita pelos mesmos com a consciência de que aquele era um material fornecido pela natureza e como se dava esta relação entre eles e o meio-ambiente. Para além disto, era preciso compreender a lógica das famílias dos sujeitos da pesquisa para, a partir disto, observar como tais famílias se percebiam ante a questão da sustentabilidade e como se movimentavam os afetos no interior destas famílias, que implicações se construía a partir destes afetos e ainda como os corpos políticos afetavam a realidade interna destes grupos familiares.

1.1.5– Do tipo e da natureza do estudo

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica e de campo, tendo um caráter exploratório e descritivo e uma abordagem qualitativa. Optou-se pelo método de abordagem qualitativo, posto que se trata de uma pesquisa de cunho social, cujo objetivo pretendido não poderia ser alcançado caso o método utilizado fosse diferente. De acordo com DESLANDES (2015)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.(p..21)

Gil (1994, p.94) corrobora, dizendo que “..métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”

A pesquisa bibliográfica por sua vez, ocorreu com o fito de estabelecer as bases fundantes dos conceitos que eram inicialmente caros a este estudo, como o conceito de sustentabilidade, de afeto e de família, para construir um aporte teórico para posterior observação prática das condições expostas na teoria. A partir da revisão de literatura feita pela leitura de livros, teses, dissertações e artigos, por meios físicos e eletrônicos se construiu sobre o tema o aprofundamento necessário para compreender o fenômeno investigado.

Segundo CERVO, BERVIAN e DA SILVA (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica *“constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”*

A presente pesquisa também se caracteriza como empírica, uma vez que num segundo momento levou-se a campo a construção teórica inicial, para submetê-la à realidade e a partir de então, refutar ou confirmar as hipóteses levantadas.

Com relação aos objetivos da pesquisa, adotou-se um enfoque exploratório e descritivo por ser este

Segundo MARCONI e LAKATOS(2000):

Os estudos descritivos têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como ele se constitui, as características e processos que dele fazem parte. Nas pesquisas descritivas, o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para poder modificá-la.(p.77)

1.1.6 – Da estratégia da pesquisa

Escolheu-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso, que tem como técnicas fundamente de pesquisa a observação e a entrevista. O estudo de caso permite olhar com aprofundamento o objeto pesquisado através da penetração na vida real deste objeto, que não se conseguiria caso se utilizasse por exemplo uma avaliação somente quantitativa. Para YIN (2005):

No estudo de caso, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam um estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidos pelos sujeitos, podendo ainda utilizar fotos, desenhos, colagens ou qualquer outro tipo de material que o auxilie na transmissão do caso. (p. 32)

1.1.7 Da técnica de coleta de dados

Utilizou-se como técnica para a coleta de dados a entrevista semi-estruturada, através da formulação de perguntas básicas sobre o tema a ser investigado, que se apoiaram em hipóteses construídas durante a pesquisa bibliográfica e que procurou se submeter aos juízos de realidade. A escolha da entrevista semi-estruturada se deu por entender a pesquisadora que os questionamentos de base construídos a partir das perguntas fariam surgir novas hipóteses a partir da resposta dos entrevistados.

Para TRIVIÑOS(1987), a entrevista semi-estruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade. Assim, a utilização deste tipo de entrevista permite que as informações surjam de forma mais livre, uma vez que as respostas não estão restritas a uma lista de alternativas pre-definidas. Deste modo, privilegia-se a fala dos atores sociais, dando-lhes liberdade para expressar suas opiniões e crenças.

1.1.8 Método de análise dos dados:

O método escolhido para analisar os dados coletados foi a análise do discurso. Lembrando que o objetivo da AD não é construir o sentido, mas construir as interpretações que se faz da realidade. Não é portanto um discurso empírico, na medida em que não é sustentado por um sujeito, mas buscando entender como os sujeitos da pesquisa reconhecem a influência da dimensão afetiva da sustentabilidade em suas famílias a partir do seu lugar de fala.

Segundo PECHEUX(1969)

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (p. 79).

GONDIM E FISHER arrematam dizendo que:

Em síntese, se a análise de discurso é análise da fala em contexto, ela ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto. A história, o contexto e a posição social concorrem para as produções discursivas. O enunciador do discurso, portanto, não é somente um sujeito empírico, um sujeito da experiência e da existência individualizada no mundo, mas sim um sujeito discursivo, cuja história pessoal se insere na história social, ideologicamente marcada.(p.112)

Neste sentido, convém perceber o que PÊCHEAUX(1990) denomina como condições de produção do discurso ou formação ideológica, uma vez que o discurso de cada sociedade ou grupo corresponde àquilo que se pode ou se deve dizer, levando em consideração tempo, lugar e o sujeito. É em suma, analisar quem fala, quando fala e de onde fala este sujeito.

Segundo FIORIN (1990):

O discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção de sentido e pela estruturação do discursos e nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois ponto de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos A pesquisa hoje precisa aprofundar conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro necessita compreender o discurso com objeto cultural produzido a partir de certas condicionantes históricas e a relação dialógica com outros textos.(p 177)

Ora, nesta perspectiva, o discurso se constrói a partir de outros discursos, a AD permite então uma interdiscursividade que vai se reconstituindo na memória dos sujeitos. Para PECHEAUX (1983), esta memória deve ser entendida não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador.

Para GONDIM E FISHER(2009):

Todo discurso individual representa um discurso socialmente compartilhado. Em resumo, é sempre um discurso socialmente implicado, pois seu sentido está atrelado aos contextos sociais de produção. Mesmo que sejam poucas pessoas a formularem seus discursos, elas emitem um discurso que não representa somente um ponto de vista pessoal, pois a sua subjetividade é construída no contexto social.(pag.17)

Partindo pois da ideia de discurso como produto do interdiscurso, procurou-se identificar os diferentes discursos na família no que diz respeito a afeto e sustentabilidade, a partir de elementos de fala ou atitudinais, uma vez que aquele que fala se enuncia, legitimando seu discurso.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE E AFETO – notas conceituais.

O conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável parece inicialmente ser de definição relativamente simples, uma vez que tal conceito vem sendo trabalhado por muitos autores de diversos lugares de fala e áreas do saber. Mas, para delimitar o tema que pretendemos pesquisar nos propusemos a estabelecer os conceitos-chave para o tema trabalhado e com este fim, estudar o significado de afeto, para então definir dimensão afetiva da sustentabilidade. Esta tarefa que se realizou arduamente, pois a multiplicidade e profundidade do significado de afeto nos levou a uma inesperada dificuldade de defini-lo. Desta forma, preocupados em seguir um caminho lógico para alcançar de forma mais completa o objetivo pretendido, buscamos inicialmente definir desenvolvimento sustentável em seguida tratar de sustentabilidade e suas dimensões para, por fim, estabelecer em que consiste afeto e, conseqüentemente sustentabilidade afetiva.

2.1 Desenvolvimento sustentável: o surgimento de um conceito

Para a definição do que é desenvolvimento sustentável é preciso antes de tudo refletir nas razões pelas quais o conceito surge e estabelecer historicamente, o momento em que tal conceito torna-se necessário para definir aspectos da vida do homem e sua relação com o mundo que o cerca.

O tema do meio ambiente surge historicamente num momento em que os países experimentam um crescimento econômico sem precedentes. Assim, esta preocupação aparece mais acentuadamente e ganha contornos ampliados após a Segunda Guerra Mundial. O modo de vida então baseado na industrialização e na urbanização levam a uma destruição ambiental, como a face maléfica de um modelo econômico cujas bases ignoraram solenemente os riscos ao planeta. Imaginava-se no pós-guerra que o progresso era certamente o caminho a ser percorrido pela

sociedade, cuja vida seria melhorada pelo alcance de altos níveis de crescimento econômico.

Naturalmente que tal ideia não sobrevive sem vozes dissonantes, as quais começam a enxergar a face sombria deste crescimento econômico e o alto preço a ser pago por ele, sobretudo o aprofundamento das desigualdades e o risco ao planeta. Assim, se dá o surgimento de movimentos na Europa e Estados Unidos inicialmente, relacionando economia e meio ambiente e a influência direta da ação do homem sobre a natureza e acabam por promover o surgimento em todo o mundo de diversos movimentos em prol de um desenvolvimento que agredisse menos o meio ambiente. Tais movimentos uniam pessoas de diferentes ideais, que convergiam para discutir a relação do homem com o meio, traçando os contornos iniciais do que se convencionou chamar de ambientalismo.

Conforme RADOMSKY (2013)

No final da década de 1970, é fundado na Alemanha o “partido verde”, que aglutinava membros do movimento estudantil e da esquerda marxista, além de uma gama de ativistas tais como os ligados aos direitos dos homossexuais, feministas e militantes antinucleares. Uma década após, quase todos os países europeus já tinham “partidos verdes”. (p.157)

Desta forma, grupos os mais diversos passam a propor reformas ambientais, pressionando os partidos políticos e chamando a atenção para vários problemas de ordem ambiental.

Ainda na década de 70, precisamente em 1972, ocorre em Estocolmo – Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente; evento cuja principal contribuição foi demonstrar ao mundo a gravidade da questão ambiental vivida, gerando uma declaração sobre o meio ambiente em que se instava os países de todo mundo a criar meios para a conservação da natureza e tratava incisivamente sobre questões de cunho econômico, ao afirmar que o subdesenvolvimento seria a causa dos problemas ambientais de muitos países e que era preciso superar o subdesenvolvimento para alcançar a redução da pobreza.

De acordo com VEIGA (2008), esta foi a primeira vez em que se debateu meio ambiente como uma questão mundial e com a preocupação de preservar o meio ambiente pensando nesta e na geração futura.

De certa forma, como uma consequência desta primeira conferência, a ONU propõe uma nova conferência, cujo objetivo seria viabilizar, através de ações mais concretas, soluções para os problemas ambientais. Assim, nasce a ideia da Conferência da ONU sobre Meio-ambiente e desenvolvimento (Eco-92) No Rio de Janeiro, que também ficou conhecida como Cúpula da Terra, onde diversos líderes mundiais se reúnem para discutir formas de promoção de Desenvolvimento Sustentável a nível global.

Conforme VIOLA & FRANCHINI(2012)

“Construída sobre um acumulado de duas décadas, a Rio 92 foi o ponto mais alto de gestão cooperativa dos recursos ambientais comuns, não apenas porque gerou cinco instrumentos normativos relevantes (as Convenções de Mudança do clima, de Biodiversidade, e de Desertificação, a Declaração do Rio, e a Agenda 21), mas porque foi rodeada por um clima de otimismo em relação à evolução da governança global. O valor da Rio 92 é alto, ainda que os instrumentos por ela criados não tenham refletido de forma suficiente o consenso científico da época e tivessem poucos efeitos práticos nos anos sucessivos.” (p. 7).

Como resultado da Conferência do Rio, nasce a agenda 21, que vem a ser um instrumento de planejamento participativo, que visa o desenvolvimento sustentável, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Com o fito de viabilizar a primeira Conferência, que só viria a acontecer em 1992 no Rio de Janeiro, a ONU cria uma comissão para preparar um documento importantíssimo para o conceito de desenvolvimento sustentável, que ficou conhecido como Relatório Brundtland, por ter sido elaborado pela comissão que era supervisionada por Gro Harlem Brundtland, que então era primeira-ministra da Noruega.

O relatório é denominado “Nosso futuro comum” e nele, a presidente da comissão enfatiza que o desenvolvimento sustentável adquire legitimidade e institucionalização normativa. Assim, o relatório define desenvolvimento sustentável como aquele *capaz de garantir as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades.*(BRUNDTLAND, 1991).

Além de conceituar Desenvolvimento Sustentável, o relatório também aponta as incompatibilidades entre este e o consumo exacerbado, além do papel dos

países desenvolvidos num modelo de produção industrial que destrói o meio ambiente e que é reproduzido pelos países menos desenvolvidos.

Apesar de ser um marco no que respeita, sobretudo ao conceito criado, o Relatório Brundtland recebe críticas pelo fato de não haver estabelecido realmente em que consiste esta sustentabilidade, a quem é direcionada e o que pretende.

Ao tratar destas críticas, esclarecedora é a reflexão trazida por VEIGA (2008) acerca da sustentabilidade:

Sendo uma questão primordialmente ética, só se pode louvar o fato da idéia de sustentabilidade ter adquirido tanta importância nos últimos vinte anos, mesmo que ela não possa ser entendida como um conceito científico. A sustentabilidade não é, nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse. Tanto quanto a ideia de democracia – entre muitas outras ideias tão fundamentais para a evolução da humanidade, ela sempre será contraditória, pois nunca poderá ser encontrada em estado puro. (p. 165)

A sustentabilidade tem sido estudada por campos diferentes do conhecimento e na perspectiva de diversos sujeitos, fazendo com que uma definição exata não seja alcançada e possivelmente sequer necessária. O que se tem observado é que de certa forma seu conceito inicialmente pareceu privilegiar questões de cunho econômico em detrimento de questões sociais, quando se trata de desenvolvimento sustentável, o que nos conduz às críticas já citadas acerca da lacuna conceitual e também como a expressa por FOLADORI(2001) acerca da apropriação da ideia de desenvolvimento sustentável pelo mercado, modificando seu real sentido:

O desenvolvimento sustentável continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem atingir nem questionar as relações de propriedade e apropriação capitalistas, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça [...].(p.51)

De certa forma, pode-se dizer que o relatório Brundtland define melhor o que é sustentabilidade do que desenvolvimento sustentável, pois quanto a este último, se resume apenas a determiná-lo como sendo a satisfação das necessidades presentes e futuras. A crítica que se faz à sua apropriação pelo mercado e à ideia de satisfação de necessidades apenas econômicas baseia-se justamente no fato do conceito de necessidade ser tão genérico.

Assim, quando se traz aqui a dimensão afetiva da sustentabilidade como tema de pesquisa, quer se pensar em desenvolvimento sustentável para além das questões de cunho econômico e ambiental, percebendo-se que os afetos alteram o espaço comum. É impossível não se dar conta de que questões estreitamente ligadas aos afetos, como gênero, violência contra a mulher, abandono de crianças, corrupção, falta de educação, desemprego e tantos outros influem e são capazes de gerar ambientes insustentáveis.

O que se pretende não é excluir a questão econômica da discussão sobre desenvolvimento sustentável posto que isto não seria possível, mas ampliar a percepção para discutir questões igualmente relevantes, inclusive economicamente, tais como justiça social, desenvolvimento regional, respeito ao patrimônio cultural, e acima de tudo, percebendo o papel do sujeito.

FURTADO(1984), escrevendo sobre desenvolvimento, já traz a idéia de que este não precisa nem deve ser visto apenas por seu aspecto puramente econômico, sem levar em consideração os homens e sua capacidade de transformação do espaço com o objetivo de satisfazer suas necessidades. Ao discorrer sobre estas questões, ele afirma:

A visão que tenho do desenvolvimento é a de um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. Em nossa civilização, o processo de desenvolvimento se faz com crescente ampliação da base material da cultura e também com enriquecimento do horizonte de expectativas do ser humano. Desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade. (p. 63)

SEN(2000) por sua vez, traz um pensamento inovador e interessante ao pretender discutir a questão posta, apresentando desenvolvimento como liberdade. Com isto, defende a ideia de que este só é possível removendo as principais formas de privação da liberdade dos sujeitos, a saber: a pobreza e a tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

A influência do pensamento de SEN é também demonstrado nos escritos de VEIGA(2008), que não foge da premissa de que é preciso ampliar as liberdades para efetivamente se alcançar desenvolvimento:

A despeito de aumentos sem precedentes da opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas, talvez até à maioria. Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de ter acesso à água tratada ou saneamento básico.” (p.46)

E complementa:

Apesar de a pobreza ser uma idéia essencialmente econômica, ela não pode ser devidamente entendida sem sua dimensão cultural. E foi o próprio Adam Smith quem primeiro estabeleceu essa estreita ligação entre privação cultural e pobreza econômica. Não disse apenas que a pobreza assume a forma bruta de fome e privação física, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que alguns segmentos encontram para participar da vida social e cultural da comunidade.(p.46)

O Desenvolvimento Sustentável em resumo, é aquele que leva em consideração as questões de ordem econômica mas não apenas elas. Ao discutir desenvolvimento como possibilidade de libertação ampliada dos sujeitos, percebemos o quão múltiplo pode ser o conceito. Assim, arremata SEN(2000):

Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo. Na perspectiva avaliatória, isso envolve a necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento com base na remoção das privações de liberdade. Embora essa história não seja de modo algum desvinculada do processo de crescimento econômico e de acumulação de capital fixo e humano, seu alcance a abrangência vão muito além dessas variáveis.(p.49)

Isto posto, como forma de se encontrar um caminho que leve em consideração tanto aspectos econômicos quanto humanos e ambientais, encontramos o pensamento de SACHS para quem, desenvolvimento realmente sustentável leva em consideração desenvolvimento econômico, social e ambiental, afirmando a ideia de

solidariedade tanto para com a geração atual quanto para com as gerações futuras. Falando desta solidariedade, afirma SACHS(2004) que:

Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. (p.15)

O desenvolvimento nesta perspectiva, como imaginado por ele, teria um conteúdo ético indissociável, cujo olhar estaria voltado tanto para o presente quanto para o futuro.

2.1.1– Os objetivos do desenvolvimento sustentável

Em 2002, portanto, dez anos depois da primeira Conferência realizada no Rio de Janeiro, os líderes mundiais se reúnem novamente em Johannesburgo no evento conhecido como Rio+10, com o objetivo de discutir as ações da agenda 21, criada na Cúpula da Terra e outras deliberações oriundas desta. Entretanto, não houve grandes avanços advindos desta Conferência, pois os documentos ali elaborados não estabeleceram metas ou prazos claros para o alcance das medidas já anteriormente planejadas. O mesmo problema se repete dez anos depois, na Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012, em que, apesar de uma agenda difusa, novamente não se observou avanços práticos ou possibilidades efetivas de implementação das decisões.

No ano 2000, a ONU, com o objetivo de unificar os diversos acordos sobre o tema, cria a chamada Declaração do Milênio, adotada por 191 estados-membro, traçando 08m objetivos, com metas e indicadores capazes de acompanhar a consecução destes objetivos, que se alcançados efetivariam um desenvolvimento realmente sustentável. Estes objetivos eram: erradicar a pobreza extrema e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Em 25 de setembro de 2015, os 193 líderes dos estados-membros da Organização das Nações Unidas, reunidos em Nova Iorque aprovaram a adoção da chamada Agenda 2030 e criam 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, substituindo os objetivos do milênio, criam um documento denominado “Transformando nosso mundo” elaborado a partir de encaminhamentos ainda da Conferência de 2012. O documento traz a preocupação de integrar três pilares do desenvolvimento: O social, o econômico e o ambiental.

Estes objetivos, são indivisíveis e de forma integrada visam obter o desenvolvimento econômico, social e ambiental pela participação efetiva de múltiplos atores, conduzindo à ideia de que a responsabilidade pelo alcance destes objetivos pressupõe um esforço comum globalizado, mas ao mesmo tempo com um olhar necessariamente regional, posto que as condições individuais de cada região, sob qualquer aspecto que se observe, são únicas.

2.1.2 Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Dada a sua elasticidade conceitual, parece inicialmente improvável que se possa medir desenvolvimento sustentável de forma efetiva. Porém, é possível através de indicadores fornecer dados que sejam capazes de nortear ações a serem efetivadas para alcançar desenvolvimento sustentável, bem como medir o impacto das ações já realizadas, a partir da análise de dados concernentes àquela região ou país. Podem também servir para monitorar a efetividade de políticas públicas. Desta forma, vê-se que tais indicadores não são únicos ou padronizados, mas alinhados à situação individual de cada país ou região, abordando as especificidades de cada uma delas. Isto aparece muito mais fortemente no Brasil, dada a diversidade muito grande de um país de dimensões continentais. Assim, com o fito de construir indicadores capazes de apontar a situação do desenvolvimento sustentável no Brasil. A tarefa coube ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o qual elaborou um conjunto de indicadores, com base nas recomendações da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, mas adaptados à realidade brasileira. Estes indicadores, como mencionado anteriormente, por seguirem as recomendações da CDS, foram divididos em quatro dimensões específicas, quais sejam: dimensão ambiental, dimensão social, dimensão econômica e dimensão institucional.

A dimensão ambiental traz 19 indicadores e trata das questões relativas à biodiversidade, saneamento, fontes de água e demais questões relacionadas com a conservação e preservação do meio ambiente.

Na dimensão social, os indicadores, em número de 21, abrangem questões como trabalho, população, educação, segurança, saúde, distribuição de renda, etc. e visam mapear as condições de vida da população.

Para a dimensão econômica, a preocupação é demonstrar através dos indicadores, a eficiência dos processos produtivos, gerenciamento de resíduos, uso de energias, consumo, desempenho financeiro do país e etc.

Por fim, a dimensão institucional se preocupa em observar os esforços empreendidos pelos governos e pela sociedade para efetivar o desenvolvimento sustentável. Para isto, 12 indicadores foram criados, procurando diagnosticar a capacidade das pessoas e instituições para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. Isto inclui capacidade científica, organizacional, tecnológica e financeira.

O IBGE porém reconhece a existência de algumas lacunas nos dados fornecidos, o que inviabiliza uma análise mais completa, como é o caso de alguns temas institucionais como a participação das empresas em temas de ecoeficiência, por exemplo.

Mesmo com a existência das citadas lacunas, os indicadores do desenvolvimento sustentável são ferramentas essenciais para o acompanhamento e direcionamento de ações para consecução dos fins estabelecidos para a agenda 2030.

Na edição de 2015, atualizada em 2017, o estudo traz pela primeira vez informações sobre a diversidade cultural do país, apresentando um indicador de patrimônio cultural brasileiro, demonstrando assim que não há um privilégio de uma dimensão em detrimento de outra, mas uma conjunção de esforços no sentido de reconhecer a interligação entre as dimensões. Outro dado significativo ainda na

dimensão social da sustentabilidade são os avanços apresentados nas áreas de emprego, saúde, educação e violência. Entretanto, apesar disto, o número de internações por conta de doenças relacionadas à falta de saneamento aumentou, demonstrando o quanto a questão da aplicação inadequada dos recursos e a inoperância do Estado no oferecimento de infraestrutura contribui para situações de insustentabilidade. (IBGE 2015)

2.2 Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade está intimamente ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável, vez que se passa a discutir sustentabilidade ao mesmo tempo em que se discute desenvolvimento, ainda no âmbito das discussões iniciais da década de 1970, na criação dos chamados partidos verdes e segue a discussão ao longo da história, ampliando e definindo em que consiste desenvolver com sustentabilidade.

Para estabelecer um conceito de sustentabilidade, é preciso analisar como surge efetivamente o termo. Segundo BRUSECKE (1996), é Maurice Strong, secretário da conferência de Estocolmo, quem usa pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para definir o desenvolvimento como um modelo político alternativo à ideia de uma visão meramente econômica. Com relação aos princípios fundamentais em que se funda o ecodesenvolvimento, estes são formulados por SACHS(1986), apropriando-se do conceito de ecodesenvolvimento, pensa que sustentabilidade “trata-se de gerir a natureza de forma a assegurar aos homens de nossa geração e a todas as gerações futuras, a possibilidade de se desenvolver.” (p. 14)

A sustentabilidade como imaginada por Sachs, possui um modelo conceitual holístico, cujo conector seria o meio ambiente que liga uns aos outros e possibilita aos seres humanos experimentar este espaço comum, construindo e modificando o seu entorno.

Partindo desta visão holística, temos que só seria possível discutir e implantar sustentabilidade tratando-a a partir de dimensões, que quando ordenadas, trariam a possibilidade de alocar os recursos de forma equitativa desenvolvendo não só o meio ambiente, mas todas os aspectos da vida dos indivíduos. Nesta perspectiva,

sustentabilidade é vista como equilíbrio, não só entre o homem e o planeta mas entre os homens. Enxergar o homem e o planeta como indissociáveis, envolve pensar soluções conjuntas que podem ser aplicadas a qualquer dimensão de necessidades humanas e também aos ecossistemas. Envolve ainda pensar em coisas como exercício da cidadania, consciência de si e do outro e justiça social, por exemplo, como questões indissociáveis dos problemas de ordem ambiental.

Quando SACHS (2004), procurou inicialmente definir sustentabilidade a partir de dimensões, ele as dividiu em número de cinco, quais sejam: dimensão social, dimensão econômica, dimensão ecológica, dimensão espacial e dimensão cultural. Posteriormente, amplia estas dimensões e passa a considerar oito dimensões de sustentabilidade, quais sejam: ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e política internacional.

Parece relativamente simples a compreensão da dimensão ambiental da sustentabilidade, uma vez que esta aparece na construção do conceito de ecodesenvolvimento, e no cerne da evolução histórica da prática do cuidado com o meio-ambiente. A grande discussão fica em torno das demais dimensões, uma vez que inicialmente é preciso definir o que diz respeito cada uma delas e de que se ocupam. É bem verdade que numa análise pouco aprofundada, pensamos acerca de meio ambiente dissociado de questões de ordem social, por exemplo, pois nos parece que fazem parte de espaços diferentes de luta. Sem nos darmos conta desta interligação entre as dimensões, torna-se mais difícil ultrapassá-las, porque o fato é que as injustiças sociais e ambientais não só têm origens comuns, como se alimentam mutuamente. (PACHECO, 2007).

Resta claro que tais dimensões portanto, não são estanques. Antes, se mesclam, se interligam e se completam. São dimensões de certa forma sobrepostas, na medida em que a própria sustentabilidade é o desenvolvimento equitativo de todas estas dimensões. No caso da inserção da dimensão política da sustentabilidade, tal acontece.

A dimensão política da sustentabilidade afirma os processos participativos democráticos no diálogo com o Estado. Esta ampliação se fez por entender-se que sustentabilidade se estabelece também e primordialmente com a contribuição da população, mas também engloba o papel do Estado como ente formulador de

políticas públicas, por exemplo, sem as quais se inviabilizaria o processo de construção de um mundo sustentável, ao se levar em conta as populações menos favorecidas e carentes de oportunidades.

Mesmo quando se busca imaginar sustentabilidade apenas sob uma perspectiva inicialmente ambiental, esta está imiscuída em questões eminentemente políticas uma vez que, mesmo que a distribuição dos recursos naturais se faça geograficamente sem uma ação direta do Estado, como as jazidas de metais ou petróleo, por exemplo, a distribuição social destes recursos é em última instância uma decisão política.

Sobre isto nos esclarece BURSZTYN (2001) :

Um exemplo desta situação no Brasil são os debates e as disputas em redor da transposição das águas do rio São Francisco. O curso do rio é um fato de geografia e de geologia, mas a distribuição de suas águas representa uma clara decisão política. Deve essa água ser utilizada para irrigação? No caso de uma afirmação positiva, para que pessoas? Em quais Estados? Deve essa água ser utilizada como água potável? Para que cidades? A que distância do leito do rio? Cem quilômetros? Mil quilômetros? Ou talvez essa água não deva ser transposta, para ser utilizada somente para as pessoas que moram no vale do rio, como os pescadores e ribeirinhos? Todas estas perguntas somente podem ser respondidas por meio de decisões políticas .(p. 109/110)

De igual modo, é necessário pensar em dimensão política da sustentabilidade no âmbito da política internacional, uma vez que as decisões políticas no âmbito externo atingem e, muitas vezes inviabilizam a tomada de decisões que sejam capazes de melhorar a vida das pessoas no âmbito interno de cada país.

Ao discutir racionalidade ambiental na perspectiva de Estado e Sociedade, LEFF (2006) fundamenta a tese de que a resolução de problemas ambientais e desenvolvimento sustentável também do ponto de vista econômico não pode olvidar esta dimensão política. Nos seus dizeres, esta racionalidade implica na ativação de um conjunto de processos sociais. Que segundo ele envolvem:

A socialização do acesso e a apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam medir a resolução de conflitos de interesse em torno da propriedade e

aproveitamento dos recursos e que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais (...) A construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social, que passa pela confrontação e concertação de interesses opostos; pela reorientação de tendências(dinâmica populacional, crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais.(p. 241/242)

Daí percebe-se claramente que é necessário reordenar o papel que o Estado possui nesta equação e a importância de se discutir uma dimensão política de sustentabilidade. Embora se tenha preferido discorrer inicialmente acerca da dimensão política da sustentabilidade, esta escolha não teve o fito de diminuir a importância das demais, o que se fez foi apenas justificar a ampliação das dimensões para alcançar a dimensão política.

No que tange a estas dimensões, apesar de ser Ignacy Sachs o responsável por indicá-las inicialmente, elas não são taxativas, uma vez que se discute sustentabilidade em dimensões múltiplas, inclusive dimensão geográfica e psicológica, que se justificaria pelo fato de ser a responsável por ligar o indivíduo às demais dimensões. Por esta razão, não se pode sequer fechar um conceito em torno de quantas efetivamente seriam as dimensões da sustentabilidade, mas é certo que a divisão inicial feita por Sachs norteia as possibilidades de ampliação das demais.

Entretanto, com base na divisão feita por Sachs, define-se sustentabilidade pelas suas dimensões da seguinte forma:

Sustentabilidade ecológica diz respeito à preservação dos recursos naturais pela limitação da utilização dos recursos não-renováveis bem como na produção de recursos renováveis, assim como a substituição de recursos maléficos ao planeta, por outros que não causem danos ambientais. Além disto, técnicas como reciclagem, limitação do consumo e desenvolvimento e utilização de tecnologias limpas também fazem parte desta dimensão;

Sustentabilidade territorial ou espacial leva em consideração uma distribuição equilibrada das atividades econômicas e ocupação urbana e rural, melhorias no ambiente urbano, superação das diferenças regionais limitadoras, bem como a

criação de medidas que possam proteger ambientes frágeis do ponto de vista ecológico;

Sustentabilidade econômica trata de desenvolvimento econômico equilibrado, construído a partir de uma análise que leve em conta questões macro-sociais, para além de apenas a possibilidade de lucro, desenvolvendo uma economia solidária em detrimento de uma economia de mercado, autonomia científica e tecnológica além de inserção na economia internacional;

Sustentabilidade social abrange recursos de ordem material e não material, distribuição justa de renda, acesso aos serviços sociais, à justiça, garantia de direitos e ampliação da homogeneidade social, com empregos que garantam qualidade de vida à população;

Sustentabilidade cultural, construída a partir do respeito às tradições e cultura de cada espaço e pela preservação deste bens sem descuidar da inovação.

E, por fim, a sustentabilidade política que, do ponto de vista da política nacional, se daria com o respeito aos direitos humanos, à democracia, à saúde do Estado e sua capacidade de capitanear junto aos empreendedores projetos que garantam coesão social e a criação de políticas públicas que fortaleçam a autonomia dos sujeitos. Já no âmbito internacional, diz respeito à construção de uma cultura de paz, à redução dos conflitos e à prevenção destes, a gestão do patrimônio global, o respeito e a manutenção da biodiversidade, da diversidade cultural, bem como a cooperação tecnológica e científica internacional. A correta ampliação destas dimensões, conduzem ao que se convencionou chamar de justiça ambiental.

Se pensarmos em que termos o desenvolvimento econômico se dá, nos deparamos facilmente com injustiças das mais diversas ordens, pois este desenvolvimento econômico é extremamente excludente, privilegiando uma classe social específica e deixando de lado as populações mais vulneráveis

O movimento por justiça ambiental nasce nos Estados Unidos da América nos anos 1980 e surge pela articulação de diversos movimentos sociais, focados sobretudo nos movimentos antirracistas (ALIER 2007). Modernamente, a justiça social não trata apenas de questões antirracistas, embora se reconheça a fragilidade da população negra em relação aos processos decisórios e às questões de ordem

ambiental, mas o movimento evolui para englobar outras minorias que sofrem pela ausência de investimento, infraestrutura, saneamento e etc.

Porém, justiça ambiental enquanto conceito capaz de abranger também justiça social, não pretende ser traduzida apenas como a divisão equitativa de bens e recursos. Para além disto, é necessário reconhecer a existência de diferenças entre estes grupos que ostentam claras assimetrias, que quando não levadas em conta, não poderão desaparecer ou mesmo serem dirimidas com uma política padronizada, que não se adegue às realidades individuais e comunitárias.

O conceito de justiça ambiental aqui nos é apresentado por ACSELRAD (2005) que explicita:

Justiça Ambiental é uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos no bojo de um movimento de expansão semântica dos direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Na experiência recente, a justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais, alterando a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental.(p.223)

Deste modo, justiça ambiental equivale à distribuição equilibrada de riscos e também dos benefícios ambientais, pois observa-se que fatores como etnia, gênero, posição social e outras conduzem a uma diferenciação significativa quanto ao acesso destas populações aos benefícios ambientais. Igualmente, tratando do campo político, os processos decisórios quase sempre não levam em consideração as vozes destas populações que passam ao largo desta tomada de decisão, e perpetuando um modelo de exercício de cidadania ficta, posto que sem educação de qualidade, por exemplo, tais populações são sequer capazes de julgar se estão ou não recebendo os benefícios aos quais tem acesso assegurado por direito.

Resta claro que é preciso compreender estas dimensões da sustentabilidade como capazes de, quando desenvolvidas, conduzir à um espaço de justiça ambiental.

A lógica da ocupação do solo, os processos de poluição, o desmantelamento dos ecossistemas, a falta de água potável, a precarização do trabalho e tantos outros exemplos, atingem em cheio os bairros mais pobres de uma cidade, onde as

populações de classe menos privilegiada vivem e se estabelecem e ali permanecem excluídos dos grandes projetos de desenvolvimento. Não se leva em conta tais sujeitos, pois a lógica do modelo capitalista de desenvolvimento é direcionar os esforços para que grandes empresas lucrem ao máximo, embora tais empresas estejam em posição minoritária em relação a estes grupos, que no Brasil são a maioria da população.

Poderemos então definir finalmente o desenvolvimento sustentável ao qual nos referimos aqui a partir da harmonização entre crescimento e respeito ao contexto socioambiental, sendo este último entendido em suas diversidade a fim de alcançar toda a população e não partindo de uma régua comum que pretenda igualar a todos sem o reconhecimento necessário de suas especificidades.

2.3 Afeto e dimensão afetiva da sustentabilidade

Uma das questões principais que esta pesquisa busca discutir diz respeito à dimensão afetiva da sustentabilidade. Mas é preciso deixar claro que não há a possibilidade de se discutir as dimensões da sustentabilidade de forma isolada, uma vez que esta pluridimensionalidade só pode ser adequadamente tratada se imaginarmos que há elos invisíveis e indissociáveis que ligam todas elas, os quais só conseguiremos entender adequadamente se abordarmos o tema de maneira transdisciplinar e ampliada.

Dito isto, se faz necessário estabelecer em que consiste esta dimensão afetiva uma vez que ela não aparece na divisão clássica feita por Inagcy Sachs, pelo menos não de modo explícito.

Tivemos contato com o termo, de forma inicial, no âmbito do Programa de mestrado, na leitura da dissertação de mestrado de BRASIL(2013) que assim define a dimensão afetiva da sustentabilidade: “A dimensão afetiva trata da natureza emocional capaz de unir organização e indivíduo, devido à realização das necessidades pessoais e expectativas gerais do ser humano enquanto um ser que vivencia a emoção, o sentimento e a prática do cuidado.”(p.143)

A partir da leitura inicial deste, procuramos aprofundar os estudos a fim de definir em que consiste e quais são os limites desta dimensão afetiva bem como qual a sua importância no contexto do desenvolvimento sustentável. Desta forma, pensamos que a primeira providência a ser tomada para definir os limites do que seja sustentabilidade afetiva, seria conceituar afeto.

Em busca do conceito de afeto, deparamo-nos com uma construção muito mais complexa e ampliada do seu significado do que comumente imaginamos.

Para dar conta da apropriação exata do conceito, procuramos estabelecê-lo inicialmente a partir de bases filosóficas. Nesta perspectiva, o conceito de sustentabilidade afetiva se apreende a partir de uma visão bem ampliada, pois leva em conta ainda o movimento dos corpos políticos, além dos próprios afetos individuais.

Assim, pretendemos aqui ultrapassar um conceito usual e extremamente reduzido de afeto, como sendo a simples demonstração da emoção, no sentido mais contido que se pretende ao termo para, de forma mais abrangente, tratá-lo do ponto de vista filosófico e assim inseri-lo na esfera da sustentabilidade.

Com isto, não queremos excluir a noção de afeto como emoção, como experimentação incorpórea, mas ampliar-lhe o sentido para alcançar outras conceituações igualmente importantes.

No mundo globalizado, parece não haver espaço para a percepção individualizada do ser e aparentemente homens e mulheres, não existem em sua individualidade, mas são formados como uma imensa massa que pensa coletivamente, que constrói hábitos coletivos, que uniformiza modos de viver, pensar e agir, conduzindo à coisificação do sujeito e a um completo alheamento dos caminhos percorridos para estabelecer a sociedade em que os indivíduos se movem e existem.

O individualismo e não a individualidade é a marca do tempo presente. Não o outro não importa enquanto ele não é visto como primordial à satisfação de uma

necessidade ou à resolução de um problema. As relações artificiais, plásticas, são a tônica da vida moderna a ponto de não se perceber como cada sujeito afeta e é afetado individual e coletivamente no relacionamento com o outro e com o meio. É pois nesta perspectiva que pretendemos discutir afetividade: a possibilidade de modificações mútuas a partir das afecções dos corpos.

Buscando o conceito de afeto para compreender a capacidade dos sujeitos de afetar e ser afetado, encontramos nos escritos de SPINOZA(2009) a definição mais significativa de afeto: *“Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções”*(p.163). Spinoza reconhece assim três afecções primárias quais sejam: alegria, tristeza e desejo. Para ele, todas as outras afecções nascem a partir destas três.

Mais claramente posto, estas afecções seriam a forma como os corpos são afetados uns pelos outros. Neste sentido, os corpos afetam e são afetados mutuamente não só por afetos alegres, mas também por afetos tristes. Ademais, estes afetos se constroem não só internamente mas, a maneira como o mundo está disposto também influencia no surgimento e percepção destes.

Spinoza denomina potência, como o poder de afetar e ser afetado, ou seja o poder que um corpo exerce sobre o outro. A potencia de agir portanto seria aumentada ou diminuída, conforme a qualidade dos afetos sejam alegres ou tristes.

Portanto, pode o homem viver de duas formas distintas: passivamente, se entregando aos encontros e não procurando modifica-los para buscar mais alegrias do que tristezas, ou viver ativamente, racionalmente procurando orientar seus encontros para viver os afetos alegres. Analisado desta forma, pode-se atribuir aos afetos alegres a ideia de liberdade e ação e aos afetos tristes a ideia de subordinação e passionalidade (DELEUZE, 2002)

Assim, tratar de dimensão afetiva da sustentabilidade, é pensar como somos afetados atualmente e como podemos ser afetados de forma diferente para produzirmos novas formas de viver, de pensar e de agir, uma vez que se somos

afetados apenas de um modo específico, produziremos sempre o mesmo comportamento. Deste modo é fundamental estabelecer o que queremos dizer ao tratarmos de afetividade, sob pena do conceito ser reduzido apenas à ideia de emoção como algo interno do sujeito, sem maiores implicações políticas. Ideia esta, que queremos desde logo afastar.

Remetendo ao tema, afirma BRANDÃO(2015):

Mas de que afetividade estamos falando? Certamente não se trata aqui do retorno a uma emocionalidade solipsista, aprisionada na intimidade de cada pessoa, mas nos sentimentos ativos, que só podem ser produzidos no bom encontro entre sujeitos. Falamos, pois, de uma afetividade ética e política, inconcebível sem a presença do outro. Daí a necessidade de se construírem espaços sociais de construção subjetiva e de fortalecimento da individualidade e da sociabilidade. (, (p.07/08)

Desta forma, antes de qualquer coisa, é preciso esclarecer que o sentido que queremos dar a esta afetividade passa muito além do conceito de emoção, como coloquialmente nos referimos aos sentimentos internos, individuais e nem sempre externalizados ou compartilhados. Aqui, queremos referir afeto como a possibilidade de troca entre sujeitos e com os corpos políticos e a maneira pela qual esta troca afeta a vida no planeta. Portanto, não nos interessa a visão maniqueísta de afeto como antagônico à razão, mas a afetividade como possibilidade de ação. Diga-se de passagem que esta visão de que a razão e a emoção são antagônicas não se constrói no pensamento filosófico clássico, pois na base do pensamento Platônico, por exemplo, somos regidos pela razão, ainda que o desejo também faça parte de nossa existência.

Dito isto, não se pretende traduzir afeto necessariamente como positivo, mas também os afetos presentes no conflito, na luta de classes, na divisão injusta do trabalho e no desenho social inferiorizado e excludente da mulher, por exemplo. Interessa-nos, portanto, estabelecer como tais afetos constroem e desconstroem a sociedade que nos cerca e como estes são capazes de contribuir para um mundo sustentável ou insustentável. Não se imagine que tal visão é de menos importância, pois, o reconhecimento de tais afetos e o estudo de como eles se apresentam socialmente é fundamental para a consecução de uma vida de plenitude, de equilíbrio a que nos remete a ideia de sustentabilidade.

Afeto é uma força poderosa, capaz de movimentar sujeitos individuais e coletivos nas mais diversas direções a partir da condução de poder, do direcionamento de vontades e do reconhecimento da energia transformadora da ação.

Esta importância do afeto aparece de forma ainda mais clara quando se percebe a possibilidade de controle político destes afetos, num mundo onde a individualidade é cada vez mais ignorada e muitas vezes desencorajada. Num mundo onde os sujeitos são vistos como padronizados, a forma de circulação destes afetos pode conduzir a realidades não desejadas pelos detentores do poder. Nestes termos, ainda BRANDÃO (2015), ao citar Bader Sawaia, arremata que:

Controlar a expressão radicalmente humana dos afetos é, indubitavelmente, uma forma poderosa de fazer o mesmo com os cidadãos, cujo sentir pode deixar de exprimir a sua condição de sujeito que deseja e que, por isso mesmo, também se frustra, inquieta-se e, em muitos momentos, sofre, para se tornar a exteriorização de uma ideologia alienadora, que transforma os cidadãos em indivíduos passivos e obedientes.(p.15)

Assim, para discutir afirmação de individualidade como pressuposto de sustentabilidade, inserindo estas questões no ambiente da família, é necessário discutir os corpos políticos e a maneira como eles nos afetam, para, percebendo as possibilidades e modos pelos quais somos afetados e discutir maneiras de redefinir posicionamentos individuais e coletivos, que aumentem a autonomia dos sujeitos.

Segundo SAFATLE(2015):

Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos. Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras(...) Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos.(p. 16)

É basicamente a partir daqui que se pretende esclarecer como estão presentes estes afetos em diversas estruturas sociais hegemônicas, conduzindo a pouca ou nenhuma individualização. Se tomarmos como base a própria discussão sobre

sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, seria saudável pensar de que forma populações menos favorecidas afetam e são afetadas por modelos econômicos que padronizam modos de produção nos quais estas populações não estão inseridas.

Mais profundamente em espaços individuais e coletivos, que tipo de afetos se estão construindo e como tais afetos são capazes de modificar estruturas milenares de poder, como por exemplo o patriarcado, a divisão sexual do trabalho e outras questões igualmente importantes; Mais ainda, de que forma estes afetam, inviabilizando o acesso de determinados grupos a uma vida sustentável.

De acordo com SAFATLE(2015):

O afeto é o modo de implicação dos sujeitos. São as maneiras pelas quais sou implicado pelo exterior, que passam pela experiência sensível e corporal(...) Enquanto atores políticos, somos sujeitos corporificados. Por um lado, nos julgamos e agimos a partir da maneira como somos afetados; por outro, no interior da política, tentamos constituir corpos. Há toda uma dinâmica de corporificação que é central para entender a política.(p.18)

Assim, ele compreende que a noção de individualidade não pressupõe diminuição da importância do corpo social, uma vez que somos afetados muito mais por entes externos e que é preciso pensar a sociedade como corpo para além de apenas uma associação de indivíduos.

É na perspectiva de observação dos indivíduos como um corpo que se analisa os afetos dentro da família. Mesmo como um corpo social coeso, a família se constitui de sujeitos individuais, que consigo trazem afetos múltiplos que, influenciados externa e internamente, constituem formas de potencialização diversas.

2.4 – Agenciamento como possibilidade de criar o novo

Falar de afeto dentro da família pressupõe necessariamente discorrer acerca de alguns conceitos basilares para entender capacidade de afetar e ser afetado. Dentre estes, nos debruçamos sobre o conceito de agência /agenciamento.

Conceituá-lo é importante para entender como se constrói processos de subjetivação, entendendo subjetividade como tudo aquilo que contribui para a produção de uma forma de se relacionar com o mundo e consigo mesmo.

Assim explica GUATTARI(1992):

De uma maneira mais geral, dever-se-á admitir que cada indivíduo, cada grupo social veicula seu próprio sistema de modelização da subjetividade, quer dizer, uma certa cartografia feita de demarcações cognitivas, mas também místicas, rituais, sintomatológicas, a partir da qual ela se posiciona em relação aos seus afetos, suas angústias e tenta gerir suas inibições e suas pulsões. (p.21)

Neste sentido, todo e qualquer grupo constrói processos de subjetivação. O que se discute é: Que tipo de subjetivação se produz? Estamos produzindo subjetividades reais ou nos sujeitando a um processo de subjetivação massificada. Se é assim, é importante perceber como isto ocorre nos diversos espaços sociais, e em especial nesta pesquisa, como isto acontece na família.

Ainda GUATTARI; ROLNIK, (1999):

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro- em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (p.42)

É esse processo de massificação que torna complexo o exercício de se enxergar a produção de subjetividade. Por isso é tão necessário pensar a respeito de processos de agenciamento.

Quando se fala em agência, para definir agenciamento, quer-se defini-la como a capacidade do sujeito de causar uma mudança. Portanto, agência não se relaciona com vontade de fazer, mas com capacidade para realizar. Agentes são, portanto, atores da mudança. Nesta perspectiva, todos os sujeitos possuem capacidade de agenciamento, mesmo que ocupem posições inferiores, no que diz respeito à ideia de poder. Segundo LONG e VAN DER PLOEG;

É importante enfatizar que a agência não é simplesmente um atributo do ator individual. A agência, a qual se manifesta quando ações particulares causam uma

mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existente, acarreta relações sociais e somente pode se tornar efetiva através delas. Por conseguinte, a agência requer capacidades de organização e não é simplesmente o resultado de certas capacidades cognitivas, poderes persuasivos ou formas de carisma que um indivíduo possa ter. A capacidade de influenciar os outros ou de transmitir uma ordem (por exemplo, fazer com que os outros aceitem determinada mensagem) reside fundamentalmente nas “ações de uma cadeia de acontecimentos, que cada um traduz de acordo com seus próprios projetos...e o poder é composto, aqui e agora, pela associação de muitos atores em um dado esquema político e social” (p.264).

Aqui, começa-se a delinear o que se pretende observar quanto ao que são capazes de realizar os atores familiares com os agenciamentos dentro deste grupo social, no que diz respeito à sustentabilidade. As formas pelas quais os agenciamentos ocorrem no seio da família são de particular interesse desta pesquisa, pois definem a movimentação dos circuitos de afeto entre estes sujeitos.

Desta forma, dado o conceito de agência, podemos afirmar que mesmo em situações adversas ou posição de inferioridade social ou econômica, é possível aos atores construir e estruturarem modos de resistência e ações que implicarão mudanças sociais a partir de agenciamentos que aumentem sua potência de agir. Ou seja, que possam construir afetos alegres, bons encontros.

Apesar de poder conceituar agência, agenciamento se relaciona com os sujeitos e as comunidades e culturas nas quais este sujeito está inserido. Trazendo ainda para a família, foco principal deste estudo, os sujeitos dentro desta família também possuem papéis diferentes e níveis diferentes de poder, o que faz com que os agenciamentos se deem de forma diferenciada dentro destes grupos. Esta capacidade de agenciamento poderá maior ou menor de acordo com a complexidade das relações nas quais estão implicados.

De acordo com DELEUZE e GUATARRI (2007) é possível distinguir duas formas de agenciamento. Uma forma de expressão que aparece como agenciamento coletivo de enunciação e outra forma de conteúdo, que aparece como agenciamento maquínico de corpos.

O agenciamento coletivo de enunciação diz respeito em como as instituições se expressam no mundo, e nesta perspectiva temos os agenciamentos familiares e judiciais por exemplo.

Em seu aspecto material ou maquínico, um agenciamento não nos parece remeter a uma produção de bens, mas a um estado preciso de mistura de corpos em uma sociedade, compreendendo todas as atrações e repulsões, as simpatias e as antipatias, as alterações, as alianças, as penetrações e expansões que afetam os corpos de todos os tipos, uns em relação aos outros. Um regime alimentar, um regime sexual regulam, antes de tudo, misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas. Até mesmo a tecnologia erra ao considerar as ferramentas nelas mesmas: estas só existem em relação às misturas que tornam possíveis ou que as tornam possíveis. O estribo engendra uma nova simbiose homem-cavalo, que engendra, ao mesmo tempo, novas armas e novos instrumentos. As ferramentas não são separáveis das simbioses ou amálgamas que definem um agenciamento maquínico Natureza-Sociedade. Pressupõem uma máquina social que as seleccione e as tome em seu phylum: uma sociedade se define por seus amálgamas e não por suas ferramentas.(p.31)

Em suma, no agenciamento maquínico de corpos, todos os corpos, sejam eles humanos ou animais se misturam e são capazes de transmitir afetos, reagindo uns sobre outros. São as relações entre os corpos e a sociedade. Já no agenciamento coletivo de enunciação, os corpos criam transformações incorpóreas, que formulam regimes de enunciados. Criam –se assim novos gestos, novas possibilidades.

O emponderamento dos sujeitos dentro dos grupos sociais por exemplo, poderiam causar mais ou menos agência e, por consequência mais ou menos mudanças significativas nas ações e nos modos de viver e construir o seu entorno.

A construção de agenciamentos seria portanto possível numa simbiose entre homem e meio, não sendo somente uma construção interna humana, mas possível apenas no movimento interno e externo de relação com o meio social.

Ora, é certo que pessoas, coisas, animais afetam uns aos outros e assim o corpo é constituído por relações, potências e devires que podem enfraquecer ou fortalecer aumentando ou diminuindo sua potência.

Se aplicarmos à sustentabilidade o que foi dito até aqui sobre os afetos, podemos chegar à conclusão de que o meio em que nos movemos hoje com os problemas de ordem econômica, ambiental, humana, política que nos afetam, reduzem a potência das ações, sejam elas ambientais, sociais ou políticas, causando insustentabilidade. A sustentabilidade por sua vez, se daria como

resultado de bons encontros entre o homem e o meio, despertando afetos capazes de aumentar a potência de agir.

Assim, para entender e construir sustentabilidade é preciso reconhecer, tomar ciência dos afetos e de como eles impactam o mundo que nos cerca e a vida no planeta em todas as suas dimensões.

2.5. O papel das instituições sociais e Desenvolvimento Sustentável: o Estado e a Família

Quando nos debruçamos sobre o estudo da sustentabilidade afetiva como uma dimensão primordial para se alcançar desenvolvimento sustentável, encontramos no Estado e na família as instituições sociais mais diretamente implicadas neste movimento de afetos que desde o início desta pesquisa procuramos demonstrar. Assim, partimos inicialmente do conceito de Instituição Social, para assim definir o papel do Estado e da família neste contexto.

Tem-se que instituições sociais consistem numa estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas com o objetivo de satisfazer as necessidades sociais básicas (OSBORNE, 2007) Estas instituições se situam fora dos indivíduos, são objetivamente reais, possuem força coercitiva, autoridade moral e historicidade.

A prática econômica, cultural e sobretudo política dentro das sociedades é sempre determinada pelas figuras de autoridade; ou seja, aqueles que exercem o poder. Estas potestades também são em última instância, responsáveis pela elaboração e disseminação de representações coletivas e valores construídos socialmente através do exercício deste poder. Portanto, construir uma política de sustentabilidade depende significativamente de como tal questão é tratada dentro destes núcleos sociais. Compreender como tais instituições se posicionam ante estes assuntos é fundamental para enxergar que caminhos estão sendo construídos

e quanto aos desvios de rota, pensar como é possível modificar a circulação dos afetos dentro destes espaços de poder.

Como dois espaços socialmente significativos, de onde emana poder, e em razão da complexidade das relações e dos afetos que neles se constituem, é fundamental inquirir o papel do Estado e da família para alcançar desenvolvimento sustentável.

No que concerne ao Estado, a Carta Política brasileira de 1988 reconheceu o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental e indisponível.

No artigo 225 da referida Constituição, o legislador constituinte afirma que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”(BRASIL, 1988).

O verbo utilizado é impor. Desta forma, tem-se que defender e proteger o meio ambiente não é uma escolha do Estado, mas um dever a ele imposto. Pela leitura do dispositivo, percebe-se que o sentido de meio ambiente está posto para além de questões de ordem ambiental, pois trata de tal como essencial à sadia qualidade de vida. Ora, como visto, qualidade de vida não se alcança somente por meio de um ambiente equilibrado ecologicamente, mas também equilíbrio econômico, político e ético.

Para a correta realização deste papel, o Estado possui a necessidade de atuar em áreas distintas para, a partir de um conjunto de ações favoráveis, influenciar na construção de um desenvolvimento sustentável e sustentado. Para isto, é preciso possuir instrumentos de política governamental capazes de fomentar este desenvolvimento.

Discutir o papel dos diversos atores sociais para o desenvolvimento pressupõe aceitar a ideia de que a responsabilidade de criar um mundo sustentável sempre

passa pela figura do Estado. A tarefa porém não compete somente a este, mas, como ente ficto que é, sua ação se subjetiva na participação individual e coletiva dos indivíduos.

A possibilidade de criar e desfrutar de um mundo sustentável só será possível na medida em que se compreenda, entre outras coisas, que o emponderamento das populações, sua educação e uma crítica contínua à realidade que os cerca é fundamental para construir na prática as mudanças que poderão capitanear um desenvolvimento efetivamente sustentável. Com isto, podemos dizer que a compreensão do papel do Estado, da sociedade e do individuo influem decisivamente para estes fins almejados. Aqui, como anteriormente dito, procuramos sucintamente descrever o papel que compete a cada um deles, para dar ênfase ao papel da família para a consecução destes fins..

Deste modo, pensando nos papéis representados por estes entes e qual a importância deles para o contexto de desenvolvimento sustentável, temos que em 2007 a UNESCO, buscando esclarecer o significado e os objetivos do desenvolvimento sustentável, estabelece três áreas consideradas como áreas-chave para o processo de entendimento do desenvolvimento sustentável que são: sociedade, meio-ambiente e economia.

ROCHA LOURES(2009) assim define estas três áreas:

Sociedade

A compreensão das instituições sociais e seu papel na mudança e no desenvolvimento, bem como sistemas democráticos e participativos que dão oportunidade de expressão de opiniões, a seleção de governos, a formação de consenso e a resolução de diferenças.

Meio ambiente

A consciência de recursos e da fragilidade do ambiente físico e os efeitos causados pelas atividades e decisões humanas, com o compromisso de incluir preocupações ambientais no desenvolvimento de políticas econômicas e sociais.

Economia

A sensibilidade aos limites e potenciais do crescimento econômico e seu impacto na sociedade e no meio ambiente, com o compromisso de avaliar níveis de consumo individuais e da sociedade no contexto das outras esferas do desenvolvimento sustentável-(meio ambiente e sociedade).(p. 66)

Nesta perspectiva, o estudo do Estado e da família e seus papéis aparece como fundamental pois se insere na base das três áreas acima descritas. Se os

observarmos, perceberemos que só serão alcançadas as proposições elencadas a partir da compreensão do papel político e individual. Portanto, aqui falaremos acerca do papel político representado pelo Estado mas capitaneado em última instância pelo sujeito.

Discutir sustentabilidade a partir de instituições sociais como o Estado, retorna à ideia inicialmente proposta de que não é possível perceber a dimensão afetiva como hermeticamente fechada, sem perceber as interligações existentes; o afetar e ser afetado a partir dos modos de construção de potencialidades partindo do substrato fornecido por estas instituições sociais.

2.5.1 O papel do Estado como instituição social

A circulação dos afetos como demonstrado ao se discutir afeto e dimensão afetiva da sustentabilidade não ocorre somente internamente nas relações entre particulares ou grupos de indivíduos. Há também circulação de afetos nos corpos políticos. Compreender como o Estado enquanto corpo político afeta os sujeitos como corpos individuais e afeta também outros corpos sociais, sobretudo a família, pode nos conduzir a entender como é possível construir ou não sustentabilidade pela potência dos afetos que agem sobre estes corpos.

Quando referimos aqui corpo político, queremos conceituá-lo como aquele formado pelo cidadão, pelo Estado e pelo governo. Certamente não se pode olvidar, ao discutir corpo político, que os indivíduos possuem vontades particulares que se diferenciam da vontade geral que ostentam enquanto cidadãos.(ROUSSEAU, 2003). Desta forma, corpos políticos exercem influência sobre corpos individuais e vice-versa.

Ao tratar destas influências, tenha-se em mente que mudanças sociopolíticas são fundamentais para garantir a sobrevivência dos sistemas que sustentam as comunidades. Desde as questões de cunho ambiental a questões de cunho econômico e, sobretudo político. Tais mudanças só podem ser percebidas a partir do circular dos afetos entres os corpos, sejam eles individuais ou políticos.

No estudo da dimensão política da sustentabilidade, levou-se em consideração que o Estado desenvolve um papel crucial no desenvolvimento sustentável, uma vez que ele é o responsável pelos processos decisórios tanto de forma ampliada quanto no âmbito local. Dito de outra forma, é o Estado como destinatário da vontade geral, o principal ator quando se trata dos serviços públicos relevantes para as populações. É ele o responsável através destes serviços de permitir, quando os presta de forma adequada, que a população possa gozar de saúde ambiental, quando regula as formas de ocupação e utilização dos espaços, também é capaz de promover qualidade de vida quando trata adequadamente resíduos, abastecimento de água e esgotamento sanitário e desenvolve social e economicamente as regiões através de políticas públicas adequadas para potencializar as possibilidades de cada região.

Esta necessidade de uma visão de sustentabilidade regionalizada pelo Estado ocorre pelo fato de que sustentabilidade ocorre em vários níveis. Ou seja, é possível falar de sustentabilidade global, mas também regional e local o que conduz a diferenças significativas na forma de alcance desta. O que é sustentável a nível global, pode não sê-lo a nível regional ou local, o que pressupõe a impossibilidade inclusive de se estabelecer critérios muito específicos de medição de índices de sustentabilidade para serem aplicados de forma ampliada pois tais não alcançariam dados efetivamente reais sem levar em conta as especificidades de cada região e de cada comunidade.

A distribuição desigual de recursos estatais influencia significativamente a vida das populações mais pobres, posto que são as mais fortemente atingidas pela inoperância do Estado, pois são também as que menos possuem capacidade de participação política, vez que não são chamados a decidir quando das questões que os atingem diretamente, bem como possuem capacidade reduzida de participação popular por conta da pouca instrução.

Esta participação popular é fundamental para a política ambiental pois é através desta participação que a população ajuda a planejar e orienta a partir de suas reivindicações as políticas públicas. O Estado entretanto tende a agir repressivamente, não permitindo que esta participação popular nos processos

decisórios se efetive, por isto, é necessário emponderar as comunidades locais, para que adquiram através da participação democrática a possibilidade de discutir as ações que serão tomadas no âmbito do Estado.

Conforme FREY (2001)

Os limites da ação local visam a necessidade do poder social, (re)conquistado no nível local, no nível das comunidades e das unidades familiares, a transformar-se num poder político e num movimento social de ampla envergadura, amparado num sistema político responsivo às reivindicações sociais e ambientais e garantido pelo Estado, que assegura o caráter democrático do processo político(p.16)

Um conceito que se apresenta como fundamental para discorrer acerca do papel do Estado como instituição social diretamente implicada no desenvolvimento sustentável é o conceito de políticas públicas enquanto conjunto de programas e ações governamentais destinadas a intervir na sociedade.

Apesar do conceito de políticas públicas não estar absolutamente delineado, optamos por seguir a designação dada por Peters (1986), para quem política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Escolhemos esta definição por entender que ao tratar especificamente de desenvolvimento sustentável nesta pesquisa, se pretendeu definir como a vida dentro das famílias é afetada pela movimentação dos afetos entre os corpos para construir ou não práticas sustentáveis. Desta forma, tratar do papel do Estado no que concerne ao desenvolvimento regional sustentável não é apenas tratar das ações planejadas para a área, mas pensar no fortalecimento da participação democrática ampliada para fazer frente às ameaças do capitalismo que privilegia os lucros em detrimento das necessidades das populações.

As políticas públicas então inteferem profundamente na sociedade e por esta razão, uma discussão sempre presente é o papel dos governos na formulação destas políticas. Deste modo, procuramos ao discutir o tema, fugir da ideia de que o Estado ao elaborar política pública reflete apenas os interesses dos grupos que o pressionam a esta formulação, pois tal ideia seria sobremodo simplista. Da mesma

forma, pensar que as políticas públicas refletem somente a vontade daqueles que estão a ocupar o poder, não dá conta da complexidade do tema.

A formulação das políticas públicas, na linha de desenvolvimento desta pesquisa, procura demonstrar que tal formulação segue o movimento dos afetos, que por sua vez conduzem à modificação ou não de realidades. De acordo com SOUZA(2006)

A política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (p.26)

Novamente na definição destes formatos, percebe-se a ideia das afecções. Cada formato gera afetos diferentes, levando em consideração os sujeitos por elas afetados, de modo que a responsabilidade do Estado nesta formulação é extrema, vez que a forma como isto se dá gera reações nestes corpos individuais e coletivos que tenderão ou não a partir disto a fortalecer ou não espaços e práticas de sustentabilidade.

A grande questão a ser enfrentada quando do estudo do modo de implantação das políticas públicas enquanto papel dos governos é como as populações locais, num movimento de troca entre corpos individuais e coletivos pode direcionar a formulação destas políticas.

Para tanto, além do reconhecimento individual e coletivo das reais necessidades da comunidade, passa esta troca pela capacidade de compreensão do papel do cidadão e o exercício com consciência de tal papel.

Neste ponto, é fundamental entender este reconhecimento e a pressão para que tal situação se modifique, como um exercício de cidadania. Assim, é crucial pensar que cidadania pressupõe condições para o exercício efetivo desta.

Volta-se assim ao movimento de troca acima referido. Se por um lado o exercício da cidadania através da participação política consciente é condição para o diagnóstico das necessidades individuais e coletivas de sujeitos e comunidades, por outro tal exercício requer que o Estado forneça condições de efetivação desta cidadania.

É importante que isto ocorra pois é a partir da efetivação deste exercício que se expandem ou se perdem direitos. Os espaços de poder dentro dos grupos sociais se fortalecem ou se modificam a partir deste circuito, que inclui o reconhecimento das necessidades do grupo e o reconhecimento do papel do Estado na efetivação por exemplo dos direitos sociais, sem os quais não é possível minimizar os riscos oriundos da pobreza e da desigualdade experimentada em razão do modelo capitalista.

O fortalecimento de entidades locais permitirá que estas sejam capazes de defender e sustentar projetos ambiental e socialmente sustentáveis e assim resistir à força do mercado. Um aprofundamento da consciência ecológica para a criação e manutenção de espaços de crescimento individual e coletivo.

2.5.2. O papel da família como instituição social

Para determinar adequadamente a família como instituição social, é mister compreender historicamente seu papel e significado.

A estrutura familiar passa, desde o seu nascimento, por diversas modificações que visam adequá-la às necessidades da sociedade e do próprio indivíduo. É certo que a multiplicidade dos fatores formadores e modificadores da família impedem uma conceituação una; entretanto, tem-se historicamente que o termo família é originário do vocábulo latino *familiae* e sua derivação vem de *famel*, que significa

servo. No Lácio se denominava família o conjunto dos filhos e servos que viviam sob a proteção de um mesmo pater. AZEVEDO (2013)

Na sociedade romana, nem o parentesco nem o afeto foram o fundamento da família; este princípio fundante foi a religião, que por sua vez fundamenta também a autoridade marital e patriarcal. Segundo COULANGES (1961): O que une os membros da família antiga é algo mais poderoso que o nascimento, que o sentimento, que a força física: é a religião do fogo sagrado e dos antepassados.

Essa religião faz com que a família forme um só corpo nesta e na outra vida. A família antiga é mais uma associação religiosa que uma associação natural. Assim, veremos mais adiante que a mulher será realmente levada em conta quando for iniciada no culto, com a cerimônia sagrada do casamento; o filho não será mais considerado pela família se renunciar ao culto, ou for emancipado; o filho adotivo, pelo contrário, será considerado filho verdadeiro, porque, se não possui vínculos de sangue, tem algo melhor, que é a comunhão do culto; o legatário que se negar a adotar o culto dessa família não terá direito à sucessão; enfim, o parentesco e o direito à herança serão regulamentados, não pelo nascimento, mas pelos direitos de participação no culto, de acordo com o que a religião estabeleceu. Sem dúvida, não foi a religião que criou a família, mas foi certamente a religião que lhe deu regras, resultando daí que a família antiga recebeu uma constituição muito diferente da que teria tido se houvesse sido constituída baseando-se apenas nos sentimentos naturais

Vê-se, portanto, que a estrutura religiosa dos romanos fomenta o surgimento de uma estrutura matrimonial que lhe dê suporte, vez que, ainda segundo COULANGES(1961), a formação da família estava ligada à unidade do culto e também a aspectos místicos.

Assim, o modelo de casamento romano era essencialmente monogâmico e se contraía através de um consenso entre as partes, daí sua constituição ser eminentemente social, muito embora este fato social gerasse efeitos jurídicos reflexos. Ademais, era por intermédio da família que estabelecia o culto. O poder do marido em sua autoridade de pater famílias era exercido sobre a mulher e os filhos,

que a ele submetiam-se. Apesar desta relação desigual, o casamento romano não conhece a indissolubilidade, ainda que ao realizar-se tenha a intenção de durabilidade para toda a vida. Pode se dizer então, que as principais características do casamento romano eram a intenção de ser marido e mulher e, naturalmente, a convivência.

A família porém, não passa incólume sobre a ação do tempo. Esta instituição sofre significativas modificações da época pagã para a era cristã. A partir do século IV depois de Cristo, toma o significado não mais de convivência em razão de uma vontade contínua de permanecer juntos, mas de uma vontade inicial de se vincular, e, a partir disto, tal vínculo só é passível de ser dissolvido pela morte ou pelo divórcio. (DANTE, apud AZEVEDO, 2013)

Este caráter de indissolubilidade do vínculo conjugal atravessa os séculos e se enraíza no pensamento religioso cristão da Idade Média, que, mantendo a regra de indissolubilidade do casamento, a legitima nos ensinamentos cristãos onde a união do homem com a mulher representa a união de Cristo com sua igreja. Desta feita, aduz FALCO apud AZEVEDO que matrimônio é “a indissolúvel união de um homem e de uma mulher para a plena e exclusiva comunhão de vida corporal e espiritual e para a criação da prole, que por instituição de Jesus Cristo confere a graça” da santificação desta relação. (2013) Assim, assiste-se ao nascimento do casamento como sacramento.

Necessário se fez aqui a apresentação do casamento e seu nascedouro, uma vez que este se sedimenta como o modo legítimo de constituição de família da cristandade. É fácil perceber que a família neste contexto serve à perpetuação das relações de dominação.

Conforme LANE e CODO(1989):

Saliente-se a afinidade entre a sacralização do casamento operada pela Igreja Católica e o tipo de dominação tradicional predominante nas instituições. O pai de família, o rei soberano, o clérigo, o padrinho e o coronel fazendeiro constituíam, ao longo da extensão da sociedade, uma tendência à homogeneização do caráter sagrado da autoridade. (p.259)

Por este apontamento histórico inicial, percebe-se que um dos grandes desafios postos no contexto das relações sociais modernas parece ser o delineamento do conceito de família.

O objetivo aqui não é estabelecer um conceito único para a família, posto que esta, embora possua um significado adequado à sociedade e à época em que se analisa, se constrói na prática, na subjetividade das relações estabelecidas no espaço de cada grupo social.

2.5.3 O indivíduo e a família

A noção de si está intimamente ligada ao reconhecimento do outro. É outro que nos reconhece e, ao nos reconhecer nos constitui. Este processo porém não se realiza individualmente. Se perfaz numa intrincada teia de relações em que o sujeito se reconhece e a partir de onde se encontra, inventa e reinventa compartilhando sua vida social e definindo a si mesmo.

Não é possível dissociar o estudo da identidade do indivíduo da sociedade, pois as diferentes configurações de identidade se relacionam com as diferentes configurações de identidade social.

Conforme LANE e CODO(1989):

O fato de vivermos sob o capitalismo e a complexidade crescente da sociedade moderna impede-nos de ser verdadeiramente sujeitos. A tendência geral do capitalismo é constituir o homem como mero suporte do capital, que o determina, negando-o enquanto homem já que se torna algo tão coisificado (torna-se trabalhador-mercadoria e não trabalha autonomamente; torna-se capitalista-propriedade do capital e não proprietário das coisas(p.72)

Há um modelo fixo de família que nos serve de base no Ocidente, qual seja o modelo de família romana. Modernamente porém paulatinamente vem se abandonando a idéia de existência unificada de um modelo familiar. Tem-se cada dia menos privilegiado a forma em detrimento do conteúdo e compreende-se que cada sujeito em particular constitui-se a partir do espaço em que se encontra, levando em consideração não só espaço geográfico, mas sobretudo o espaço político. Afirma TODOROV(2012) ao se referir ao indivíduo: que “ao contrário da

imagem do homem que encontramos na base da doutrina neoliberal, este não é o produto da sua própria vontade, mas constitui-se, sempre e apenas, a partir do meio familiar e social em que nasce.” (p.23) Num espaço familiar tão múltiplo como o que é experimentado atualmente, se faz necessário investigar de que modo estes sujeitos se constituem e se influenciam internamente e como são capazes de influenciar o meio externo a partir de suas unidades familiares.

Ao discutirmos relações sociais, como aquelas que se dão entre o indivíduo e a sociedade, a família aparece como mediadora desta relação, sendo responsável em última instância pelos ajustamentos entre estes dois atores. Deste modo, a importância da família no processo de pertencimento é inegável, uma vez que é no seio da família que se instauram inicialmente os processos de adequação social dos sujeitos. É na base familiar que se assentam a reprodução dos padrões culturais vigentes, bem como a referência para a construção subjetiva de seus membros, que sempre a terão como referencial. É na família que se constroem os laços de parentesco, afeto e vínculos de toda natureza.

Ocorre que a partir da II Guerra Mundial, a família passa por uma profunda aceleração da individualização. Esta individualização entretanto, aparece como mais um desafio para a mulher. A modificação no mercado de trabalho, a adaptação à realização jurídica de uma igualdade formal e a própria necessidade de organizações feministas atuantes demonstram que a produção desta individualização era na verdade a produção do indivíduo masculino (Duarte, 1995). É cada vez mais urgente perquirir acerca do outro, quem é este outro, qual é o seu lugar, como se conhece, como interage com o meio. Sobre este outro, atuam diversos mecanismos de poder, que objetivam controlá-lo. Para isto partimos da análise do que é a família como grupo e sua representação para o indivíduo. Este grupo é um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa a qual constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de atribuição e assunção de papéis. Assim, existem ideologias inconscientes que geram estereótipos, papéis a serem desempenhados.

Quanto mais forem sólidos estes padrões, mais eficiente é o controle da sociedade sobre os indivíduos que representam estes papéis, cristalizando-os. Isto leva à ideia de que estes papéis possuem realidade própria, se separando do indivíduo que a eles se submete. Estes papéis, construídos sobre valores específicos, mantêm a diferenciação social, posto que se fundamenta na divisão social do trabalho.

O indivíduo, em suma se representa como capaz de se autodeterminar, através de sua liberdade mas ao mesmo tempo é restrito externamente pelos papéis sociais que impedem sua plenitude.

2.5.4 O masculino e o feminino: Os papéis sociais na família e o ecofeminismo

As relações entre a família e a sociedade são desde cedo uma questão que interessa a estudiosos das mais distintas áreas.

ENGELS(1984) procura discutir as bases fundantes da divisão social do trabalho na família, que para ele se inicia com a divisão do trabalho sexual. A partir daí estabelece-se uma divisão mais complexa, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual que culmina com a divisão que fundamenta o modo capitalista de produção, qual seja: entre os que possuem as condições de produção e os que possuem a força de trabalho. Para ele, a estrutura familiar é determinada pela divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas. A família monogâmica neste contexto teria surgido com o aparecimento da propriedade privada. O casamento monogâmico seria o meio encontrado para a transmissão da propriedade aos filhos dos homens, uma vez que estes eram os responsáveis pela acumulação material, enquanto a mulher responderia pelo exercício das funções sexuais. Parte-se então para o entendimento de que a família não é uma construção biológica, mas social.

De forma efetiva, nem todas as formulações de ENGELS(1984) precisam necessariamente estar corretas, porém a existência de uma ligação entre monogamia e propriedade privada nos parece bastante plausível. Não se deve imaginar, todavia, que tais formulações conduzem a um padrão, pois vários fatores diferenciam as famílias tanto interna quanto externamente.

Esta análise ajuda a perceber o papel ideologizante da família pois somos ensinados a enxergá-la como natural, universal e imutável. Junto com a escola, a família certamente é o aparelho ideológico mais eficiente que o Estado utiliza para a dominação.

Afeto e poder se relacionam dentro das famílias a partir das vivências desenvolvidas pela hierarquia sexual e etária. Desta forma, o modelo familiar que ostentamos na modernidade corresponde aos valores da ideologia dominante.

Para gregos e romanos, a família se constitui como sagrada, tendo na sua base o patriarcalismo, imposto por normas religiosas. Neste prisma, todas as demais construções normativas, se dão, inicialmente para viabilizar o culto religioso. Até mesmo a propriedade, representada pela terra, era a morada dos antepassados cultuados na antiga religião pagã helênica como elemento fundamental. A família nasce pois, para perpetuar o culto doméstico. Neste modelo religioso é fácil compreender a submissão feminina, uma vez que ela aparece também como elemento religioso.

Entre os romanos, a mulher ao casar, abandona o culto aos seus antepassados e passa a cultuar os antepassados do marido (COULANGES, 1961). Nesta ótica, percebe-se claramente uma situação de submissão.

Este modelo monogâmico e com funções bem definidas perpetua-se no tempo, passando pela idade média e nos alcançando modernamente.

A família também exerce uma função ideológica significativa promovendo uma reprodução social, pautada na perpetuação do modelo estrutural posto. Desta forma, tanto economicamente falando, no que tange à reprodução da mão de obra, quanto ideologicamente na reprodução do modelo ideológico dominante, a família exerce funções de suma importância.

Naturalmente, ao delinear um contorno de dominação que se atribui à família, não se pretende estabelecê-la como a única entidade que exerce este papel. A dominação por imposição de padrões de comportamento também se verifica

externamente, sendo perpetuado por agentes outros, inclusive os meios de comunicação de massa. Mas, mesmo estes mecanismos de dominação externa são preparados no seio da família que prepara o indivíduo para o recebimento e aceitação destes meios como legítimos.

A família reproduz em seu interior a normatização posta pelo Estado, definida inicialmente por relações hierárquicas marcadas pela autoridade patriarcal, assentada primitivamente na religião. A religião foi, portanto, a norma constitutiva da família antiga (COULANGES, 1961). Ora, a família patriarcal reserva ao indivíduo masculino um lugar social distante do doméstico, este relegado à mulher e aos filhos. O lugar da mulher é fundamental nesta família por conta da maternidade; papel que não pode ser atribuído ao homem e pelo qual ela é a responsável direta, evidenciando-se claramente a divisão dos papéis pelo gênero. Porém, este destaque para o papel essencial da mulher com a maternidade, apesar de parecer prestigioso, na verdade esconde uma profunda repressão à autonomia feminina, que será sempre culpada por eventualmente não exercer o dever que a ela cabe.

Dentro da família, à mulher coube o papel prioritário de cuidado da prole e realização dos trabalhos domésticos que, com as modificações contemporâneas passou a ser partilhado também pelos homens, uma vez que hoje a mulher participa cada vez mais ativamente do mercado de trabalho, embora não em condição de igualdade. O fato é que coube à família construir uma identidade feminina, na medida em que na escala social os homens sempre se destacam pois os chamados trabalhos masculinos são mais valorizados que os trabalhos femininos, geralmente voltados à casa e ao cuidado dos demais membros da família, mesmo quando atuante no mercado de trabalho, quase sempre cabe à mulher este acúmulo de funções.

No Brasil, com o advento da República muitas modificações importantes se deram no que diz respeito à família e ao papel feminino, sobretudo na passagem do século XIX para o século XX.

Procurando encampar um modelo de modernização, preconiza-se um novo modelo de família, onde a vontade individual ganha mais espaço, e de certa forma

se distancia um pouco das imposições patriarcais, sobretudo no que diz respeito à escolha do cônjuge pois este autoritarismo próprio de sociedades escravocratas não tinha lugar na modernidade. A família passa a ser vendida, nos moldes do pensamento europeu burguês, como um lugar de sossego, de aconchego, onde se poderia fugir dos problemas do mundo exterior.

Nesta perspectiva, surge para a mulher uma nova demanda: a de se adequar ao modelo novo de família. Sobre o tema discorrem PINSKY e PEDRO (2012):

A 'nova família' também exigia uma 'nova mulher': uma mãe dedicada que dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos (não recorrendo mais às amas de leite, por exemplo), responsabilizando-se também pela formação moral das crianças. Essa nova mulher seria também a esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não completamente sem voz. Desobrigada agora de qualquer trabalho produtivo, a mulher estaria voltada inteiramente aos afazeres do lar, o espaço feminino por excelência, ao passo que o espaço público seria o domínio dos homens(...)ao contrário do que poderíamos supor, esse novo modelo de família, que transformara a mulher na 'rainha do lar' manteve a mesma hierarquia com relação aos papéis masculinos e femininos, com o homem como cabeça da casa e da família e a mulher como subalterna e dependente. p.17)

Percebe-se que a família chega à dita modernidade mas perpetua no que diz respeito à figura feminina, um modelo extremamente restrito e excludente. É interessante notar que as mulheres, que exercem um papel muito significativo na socialização das crianças, em razão da maternidade, reproduzem este modelo diferenciado de moral sexual.

Conforme BOURDIEU (1999), a dominação masculina é uma forma de dominação sobretudo simbólica e sendo assim, só se faz com a colaboração dos dominados. As mulheres por sua vez legitimam esta dominação masculina reproduzindo-a no processo de socialização de seus filhos, tanto homens quanto mulheres. Isto aparece claramente na ideia de recato, incentivada entre às mulheres, em detrimento de um papel de conquistador e sexualmente experiente que se incentiva quanto aos homens.

Na família burguesa a identidade feminina é totalmente ligada à masculina, no sentido de que, além da dependência material do homem, a mulher possuía sua identidade pessoal atrelada à posição que o marido ocupava na sociedade. Assim,

conduz-se à idéia de que o sucesso ou fracasso do marido no mundo dos negócios por exemplo, era também o sucesso ou fracasso da mulher, vez que esta era responsável pelas bases familiares internas que dariam ao marido condições de dedicar-se sem preocupações no mundo dos negócios.

A família é então este espaço de socialidade onde buscam-se satisfazer as necessidades afetivas, materiais e sociais simbólicas, ancoradas em ordenações legais, religiosas, sexuais e econômicas, que se sedimentam e instituem o modo de viver e mover-se no mundo. À mulher cabia ser o modelo que conduziria a educação dos filhos para serem aquilo que o mercado desejava, e para alcançar a perfeição na educação destes filhos, devia ela ser também perfeita.

A família burguesa também regula fortemente os papéis sexuais, interditando às mulheres o exercício da sexualidade fora do casamento e deixando muito clara a restrição ao prazer sexual, visto que afeto e prazer eram coisas distintas. As mulheres burguesas passaram a ser consideradas seres angelicais, acima das necessidades animais do sexo.(LANE E CODO, 1989)

Apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, da elasticidade da família promovendo novos arranjos familiares, bem como as transformações econômicas e sociais, a urbanização e as novas tecnologias, os papéis definidos culturalmente na divisão do trabalho entre os sexos não se alterou significativamente. Isto é interessante porque na verdade se imagina que ao ter acesso ao mercado livrando-se da clausura doméstica, a mulher livrou-se da dominação masculina. Pelo contrário. A mulher tem agora dupla jornada de trabalho, pois além do trabalho externo ainda precisa dar conta das atividades domésticas.

Os movimentos feministas, enquanto contributos para o despertar da consciência para a necessidade de transformação da condição feminina tem sido muito importante, sobretudo no setor operário e na classe média urbana. A tentativa de entender o padrão familiar é uma dessas contribuições, pois é a partir do reconhecimento deste padrão que se pode pensar em modificar as estruturas a fim de construir um modelo família mais inclusivo e menos dominador, sobretudo para as figuras femininas na família.

Ao fazer a intersecção entre os papéis masculino e feminino e como estes se põem no que diz respeito à questão da sustentabilidade, nos deparamos com uma idéia extremamente pulsante e atual que é o ecofeminismo, e a respeito do surgimento do tema e seu conceito nos pontuam TREVISAN E FLORES (2015):

O termo ecofeminismo teria sido utilizado pela primeira vez em 1974, por Françoise d'Eaubonne, que, em 1978, fundou, na França, o movimento Ecologia e Feminismo. A relação entre ciência, mulher e natureza estaria entre as primeiras preocupações do movimento ecofeminista. Destaca-se no movimento que ecologia é um assunto feminista, mas que as semelhanças entre feminismo e ecologia têm sido esquecidas pela ciência ecológica, e essa vertente do movimento feminista, unindo o movimento das mulheres com o movimento ecológico, traz uma nova visão de mundo, desvinculada da concepção socioeconômica e de dominação. (p..12)

A correlação para forjar o tema é feita levando em consideração as semelhanças existentes entre feminismo e ecologia. Tal ligação pressupõe que tanto as mulheres quanto a natureza foram historicamente alvos da agressão do sistema patriarcal que baseia o modelo capitalista de produção. Assim, sendo ambas exploradas, a luta do ecofeminismo é pela libertação da mulher da opressão, a busca pelo locus feminino na luta ecológica e a conseqüente libertação da natureza.

Existe uma relação mística entre a mulher e a terra e o dar à luz seria uma variante humana da fertilidade da terra. E assim todas as experiências religiosas relacionadas com a fecundidade e o nascimento têm uma estrutura cósmica. Não sem razão, todas as divindades primitivas ligadas à terra são femininas. (ELIADE, 1992).

Nas suas raízes mais profundas, a terra e seu cuidado, seriam historicamente preocupações femininas, das quais a mulher teria sido desapropriada pelo homem a partir da inserção de práticas como a irrigação e a utilização do arado.

Nesta lógica, a libertação feminina da opressão e a conseqüente libertação da terra da exploração desenfreada, passaria indubitavelmente pela superação da dominação que impõe às mulheres as conseqüências mais nefastas da falta de sustentabilidade. Estas conseqüências, para além das questões de ordem socioeconômica, poderiam ser sentidas no próprio corpo feminino, atingido por

resíduos tóxicos dos produtos industrializados e condições insalubres de trabalho, por exemplo.

Ao relacionar as vertentes ecofeministas levando em consideração as preocupações primordiais, nos deparamos três tendências: a clássica, a espiritualista e a construtivista.

De acordo com a tendência clássica do ecofeminismo, o homem seria predisposto naturalmente a competir e destruir, e nesta sede de poder, envenenaria o planeta, causando sua gradativa destruição em contraposição a uma ética feminina voltada para a pacificação e a proteção dos seres. Já para a tendência espiritualista, de base budista e atrelada também aos teóricos da libertação, a violência contra a mulher e o meio ambiente teriam sua origem no desenvolvimento, levando os seguidores desta tendência a pensar na superação de todas as formas de preconceito e discriminação enquanto oriundos deste desenvolvimento, como forma de libertar a mulher e a terra. Por fim, a tendência construtivista do ecofeminismo afirma a inexistência de uma ligação intrínseca entre a mulher e a natureza, reconhecendo antes o papel da desigualdade de gênero imposta historicamente com a divisão social do trabalho, os jogos de poder e a apropriação masculina dos meios de produção como responsáveis pela insustentabilidade do planeta.

Basicamente, todas as tendências reafirmam a ligação entre a mulher a natureza, mas divergem na origem desta ligação. (ANGELIN, 2006)

A preocupação primordial não é a ligação efetiva entre a mulher e a natureza, vez que a ideia da existência desta ligação não é pacífica dentro do movimento do ecofeminismo, mas é o reconhecimento de que o pensamento ocidental hegemônico e patriarcalista fomenta a dominação e exploração de ambas.

Assim, ao inserir as ideias do ecofeminismo ao tratar de sustentabilidade dentro da família, se pretendeu alocar a discussão na dimensão social e afetiva da sustentabilidade pela descentralização do poder no ambiente familiar, desenvolvimento regional e fortalecimento da economia solidária nas populações

locais e emponderamento feminino efetivo através da participação política protagonizada pelas mulheres.

2.5.5 Família e sustentabilidade: o movimento dos afetos na família

O que se pretende discutir aqui é como se criam e circulam os afetos na família e de que modo estes afetos influenciam e determinam práticas sustentáveis ou insustentáveis. Já deixamos claro que referimo-nos a potência do corpo de afetar e ser afetado pelo que o cerca. Nesta esteira, o modo como os afetos se movimentam na família podem nos dizer que um corpo pode afetar e ser afetado. Ainda tomando por base o pensamento de Spinoza, temos que os afetos de alegria aumentam nossa potência de agir no mundo, a estes, Spinoza denomina de “bom encontro”. Os afetos de tristeza por sua vez, diminuem nossa potência de agir, sendo portanto, um “mau encontro”.

É certo que estes afetos não são apenas determinados pelos corpos individuais em seus encontros, mas, ainda são afetos biopolíticos, na medida em que podem ser influenciados pelo meio que cerca os indivíduos e na forma como o exterior se organiza.

É importante discutir estes afetos biopolíticos, na família, uma vez que ao ser afetado sempre da mesma forma, não haverá capacidade de criar-se modos diferentes de viver. Novas formas de ser afetado, transformam a realidade.

Mais do que a ideia de ser simplesmente afetado, queremos aqui pensar em ter consciência de ser afetado. Ou seja, perceber que estamos sendo constantemente implicados por outros corpos.

O afetos tanto libertam quanto colonizam. Neste sentido, adverte SAFATLE (2015):

Devemos ter sempre em mente que formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definindo, com isso, o

campo dos possíveis. Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos.(19)

A fim de determinar como estes afetos circulam e são capazes de influenciar a família, trataremos aqui de dois afetos específicos: o medo e a alegria. Conforme SPINOZA(2009), O medo é uma tristeza instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida.

Queremos apresentar o medo como afeto biopolítico, que impede as mudanças políticas e individuais necessárias à construção de novas formas de implicação e assim de modos diferentes de circulação de outros afetos. É particularmente através do medo que o Estado mantém o controle sobre o cidadão, ao apresentar-se como o único capaz de nos dar a segurança necessária à condição de nossa vida, o Estado determina as práticas possíveis e mantém o cidadão atrelado a uma falsa segurança. É o medo que impede os sujeitos de se afastarem de espaços considerados seguros politicamente, e que os leva a perpetuar formas de vida social falidas por considerar a segurança nestes modelos construídos preteritamente e por não enxergar as possibilidades de outras formas de agenciamento. Ainda SAFATLE(2015) pondera:

Compreender sociedades como circuitos de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma. Pois, se, de todas as paixões, a que sustenta mais eficazmente o respeito às leis é o medo, então deveríamos começar por nos perguntar como ele é produzido, como ele é continuamente mobilizado”.

É o medo que sustenta a ideia de que o Estado nos mantém seguros e é através deste que ele perpetua-se. Alimenta-se do medo do cidadão.

Porém, não pretendemos apresentar apenas o medo como afeto biopolítico e como ele circula na família, mantendo-a refém de formas rígidas de poder, mas também falar de alegria como outro afeto biopolítico que se contrapõe ao medo e ao fazê-lo é capaz de modificar a realidade pela potencialização de afetos alegres. É através dos afetos alegres que nossa potência de agir é aumentada. Pensar em alegria na perspectiva de questões de ordem política é pensar em como afetos

alegres constroem mudanças. Através destes afetos fortalecem-se os sujeitos e fortalecidos são capazes de modificar o mundo que os cerca.

A partir destes dois afetos, não como encerrados em si mas como apenas exemplos dos tantos outros afetos que influem no modo como se organiza a família e a sociedade, queremos discutir sustentabilidade.

O medo determina insustentabilidade quando ele paralisa o sujeito que por ele tomado conforma-se a condições extremamente adversas em seus espaços coletivos e individuais, por não se enxergar com autonomia frente aos processos políticos que o diminuem e o afastam de seus anseios mais profundos. Não o medo presente, individual, mas o medo coletivo, construído historicamente, plasmado nos processos de sedimentação de formas hegemônicas de poder. É o medo que subordina as mulheres aos homens, é o medo que em última instância aceita o mercado como regulador da economia. Ao passo que a alegria constrói sustentabilidade na medida em que se perfaz na vivência coletiva dos sujeitos, que tomados por ela são capazes de se conectar uns aos outros e ao meio em que estão inseridos.

Afirma DELEUZE (2017);

A alegria é a única afecção passiva que aumenta nossa potência de agir; e só a alegria pode ser uma afecção ativa. Reconhecemos o escravo por suas paixões tristes, e o homem livre por suas alegrias, passivas e ativas. O sentido da alegria aparece como sendo o sentido propriamente ético.(Pag.188)

É pela alegria que se conectam comunidades para construir economias solidárias, praticas de emponderamento individual e coletivo, participação política libertada e libertária e espaços coletivos de boas práticas, conduzindo indivíduos e comunidade a obter cada vez mais autonomia, desvinculando-se do medo que os enfraquece e mantém a obediência cega ao que determina os poderes dominantes como o único espaço possível de sobrevivência.

3. SUSTENTABILIDADE AFETIVA NA FAMÍLIA: Análise do discurso das famílias da Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte.

3.1 Apresentação dos dados da pesquisa

Como forma de buscar compreender quais as interações existentes entre afeto e sustentabilidade nas famílias do artesãos do centro de cultura popular mestre Noza, foi apresentada aos entrevistados algumas perguntas básicas, semi-estruturadas pela pesquisadora e a partir de tais perguntas, permitiu-se ao entrevistado discorrer livremente acerca do que fora perguntado, tendo tomado a pesquisadora o cuidado de observar para que o assunto não se afastasse totalmente do cerne da pergunta.

Ao explicitar os resultados da pesquisa, serão trabalhados individualmente os discursos de cada um dos entrevistados por meio da técnica da análise de discurso, conforme já fora explicitado. Trataremos assim do perfil dos entrevistados e dos procedimentos e instrumentos utilizados no registro dos dados.

O corpo discursivo é composto por 05 pessoas, sendo duas mulheres e três homens. As entrevistas foram realizadas de forma individual e transcritas pela pesquisadora, na sede do Centro de Cultura Mestre Noza que abriga a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte no mês de janeiro de 2018..

Os sujeitos da pesquisa apresentam o seguinte perfil:

Cravo é do sexo masculino, tem quarenta e seis anos de idade, possui nível de escolaridade fundamental completo, é casado e tem duas filhas.

Crisântemo também é do sexo masculino, tem trinta e sete anos de idade, possui ensino fundamental incompleto, se declara solteiro mas diz que vive com uma companheira e tem três filhos.

Gerânio é também do sexo masculino, tem vinte e nove anos, ensino médio incompleto, é casado e tem uma filha.

Rosa é do sexo feminino, tem quarenta e sete anos, possui ensino fundamental incompleto, é solteira e tem um filho.

Margarida é também do sexo feminino, tem sessenta e três anos e é alfabetizada apenas, é casada e tem cinco filhos.

O critério de seleção dos sujeitos se deu a partir da atividade desenvolvida por estes. O objetivo era que fossem todos artesãos ligados à Associação e que houvesse diferença de gênero entre eles. Como o campo da pesquisa era a Associação de artesãos, buscou-se inicialmente entabular conversas informais a partir de visitas feitas ao Centro de Cultura Popular Mestre Noza e daí perceber a disponibilidade dos mesmos para responder às perguntas formuladas. A partir da disponibilidade destes, foi acordado que suas identidades seriam preservadas na pesquisa, o que fez com que a pesquisadora os designasse usando nomes de flores

As entrevistas com Rosa e Margarida se deram no mesmo dia e as entrevistas com Cravo, Crisântemo e Gerânio no dia posterior. Cada conversa durou cerca de 30 a 40 minutos.

As perguntas se estabeleceram a partir de questionário (em anexo) elaborado com o fim de perceber primordialmente a visão do que é família para (a/o)s entrevistad(a/o)s, como os afetos circulam nesta família e perguntas simples sobre como é o respeito entre os membros da família e qual é o papel dos sujeitos da pesquisa no seu núcleo familiar. No que concerne à divisão de papéis, se indagou pela existência ou não de divisão clara de papéis masculinos e femininos na família e por fim, no que diz respeito à sustentabilidade, se questionou acerca do conhecimento do termo pelos sujeitos da pesquisa e além disto, se perguntou como as decisões políticas afetam a família, para entender o afeto dos corpos políticos sobre o núcleo familiar e quais práticas a família do sujeito realiza e que são consideradas sustentáveis por estes.

Como anteriormente explicitado, optamos por condensar a análise dos dados a partir dos blocos de perguntas feitas aos sujeitos da pesquisa, para procurar estabelecer o sentido do discurso, obedecendo o seguinte recorte:

O que é a família para os sujeitos, como os sujeitos se enxergam dentro da família como indivíduos, como veem os papéis masculino e feminino desempenhados dentro da família, como pensam que o Estado os afeta e que visão possuem de sustentabilidade. Quando feita a transcrição da fala exclui-se algumas partes menos significativas da fala, sobretudo quando interrompia-se o assunto, sendo isto marcado na transcrição pela aposição de uma barra (/)

3.2 O que é família:

No que concerne ao conceito de família, as falas dos sujeitos denotam a sedimentação da ideia da família muito ligada ao afeto. Não houve por parte deles nenhuma resposta que não considerasse aspectos afetivos, como lugar de paz, de cuidado, de felicidade. Os discursos concentram-se na perpetuação da noção de que existe um papel de cuidado na família para com os seus membros para a criação de um contexto de harmonia familiar considerado pelos sujeitos como necessário à manutenção dos afetos alegres.

Esta ideia de lugar de paz, aparece aqui na fala de Crisântemo:

“A família é a paz da gente/ o canto onde a gente fica feliz/eu acho que eu não sei dizer direito o que é família não mas é muito importante.”

Aqui ele refere a família como lugar de paz, como espaço de felicidade, embora não saiba necessariamente definir família.

Já no caso dos sujeitos femininos, percebe-se a inserção da questão das dificuldades enfrentadas e de como estas dificuldades são superadas pela felicidade de possuir uma família. De novo o afeto é a nota do conceito de família.

Margarida: “A melhor coisa do mundo é a família da gente. Eu mesma acho que a pessoa só é feliz se tiver uma família/ minha família é grande, dá trabalho mas eu acho que se eu tivesse uma família pequena eu não era feliz. “

Porém, mesmo para referir felicidade como afeto, ainda aparece a ideia do cuidado, do trabalho, que na fala de S5 aparece como uma responsabilidade, ao passo que em relação ao sujeito masculino, aparece a ideia de ser cuidado em família, como na fala de Gerânio:

“As pessoas que a gente ama estão na família. Eu acho que é muito importante uma família. Família eu acho que é isso mesmo/ As pessoas que a gente gosta e que gostam da gente, que cuidam da gente.”

Aqui, observando os discursos postos, ainda não se percebe a complexidade da ideia de família, que não aparece possivelmente pela impossibilidade dos sujeitos de construírem conceitos mais elaborados, demonstrando apenas a externalização de sentimentos mais latentes, por isso cuidado, felicidade e paz são as ideias mais referidas. Porém, à medida que as perguntas vão se aprofundando, começam a surgir respostas mais complexas.

3.3 O papel individual do sujeito na família

Ao questionarmos o papel que cada sujeito exerce individualmente dentro da família na sua própria percepção, algumas posições extremamente ideologizadas se apresentam.

Aqui, apesar de não se ter referido especificamente aos papéis masculino e feminino dentro da família, mas a pergunta foi direcionada aos sujeitos no sentido de que eles referissem qual era o seu papel individual dentro da sua família. Mesmo assim, os discursos deixam antever os sujeitos se percebendo como responsáveis por desempenhar um papel específico dentro da família, como os sujeitos masculinos se colocando como responsáveis pelo sustento material.

Surge quanto ao labor a clara noção de que este é o papel fundamental a ser exercido pelos homens na família. Mesmo quando referem o cuidado, este quase sempre se materializa no provimento dos bens materiais.

É este o discurso materializado nas falas de Cravo e Crisântemo:

Cravo: “Eu acho que sou responsável pelo exemplo né?/ eu sou muito exemplo pra minha família/ eu sou trabalhador, nunca fui de dar desgosto/ eu acho que um homem tem que ser homem, trabalhar e cuidar da sua família.”

Crisântemo: “Eu acho que é sustentar a família. Não deixar faltar as coisas. Principalmente porque eu tenho três crianças né? E a senhora sabe que menino tá sempre precisando de alguma coisa, porque estuda também né? Mas eu não tô reclamando não. Sou o pai e tenho mesmo que sustentar. Acho é bom porque pelo menos estão estudando/ hoje os filhos não querem mais estudar não viu?”

Aqui se reafirma nos discursos do sujeitos da pesquisa o que afirmou LANE e WANDERLEY(1989) ao tratar da família contemporânea:

A prevalência da rígida divisão de papéis sexuais faz com que a família contemporânea se assemelhe bastante à sua ancestral. Várias características dos papéis de homem e mulher permaneceram imutáveis. Os homens vivem do e para o trabalho, e sem ele a vida não tem sentido. (p.119)

Já no caso das mulheres, embora esta ideia de labor também esteja presente, ele é voltado para as atividades domésticas e sobressai-se a ideia do cuidado ao usarem as expressões “cuidar da casa” e “ser uma boa mãe, uma boa esposa”. Isto também demonstrado em outros estudos a respeito da mulher na família contemporânea, que são referidos por LANE e WANDERLEY(1989):

A função principal das mulheres, como suas antecessoras continua sendo a educação dos filhos. Algumas trabalham fora. Umas o fazem por necessidade econômica, mas o fato de ajudarem na manutenção material da família não as libera das obrigações domésticas.(p.121)

É que deixa antever a fala de Rosa quando indagada de qual seria o seu papel:

“Cuidar da casa, cuidar do meu filho/ eu que sustentei ele sozinha, acredita? O pai nunca deu nem um centavo e eu também nunca fui atrás. Quando aqui tá mais fraco (se referindo ao comércio do artesanato) eu procuro outras coisas pra fazer. Nunca fui de ficar sem fazer nada.”

Interessante notar que este papel sedimentado ao longo dos anos na família não é enxergado somente pelos indivíduos do sexo masculino, mas as mulheres também se percebem com papéis bastante definidos e diferentes dos papéis masculinos: A condição de subordinação feminina também aparece, deixando antever a ideia da mulher que precisa agradar ao marido, quando Margarida refere que “homem não gosta de mulher preguiçosa”.

“Eu acho que meu papel é ser uma boa mãe. Ser uma esposa trabalhadeira(sic) porque homem não gosta de mulher preguiçosa né?(risadas). Mas também de ajudar a sustentar a casa porque as coisas tão(sic) muito caras. Se for deixar tudo pro homem a gente passa fome.”

A partir de então, passou-se a indagar os sujeitos sobre suas funções na família conforme a divisão por sexo, para procurar confirmar a impressão já posta na pergunta anterior, de papéis bem definidos e preponderância masculina, com o fito de não realizar uma análise equivocada do que havia sido referido pelo corpo discursivo. Para isto, foi perguntado aos homens qual o papel da mulher na família e às mulheres, qual o papel do homem na família. Novamente se manifesta a clara divisão dos papéis masculino e feminino.

Neste ponto, surge no discurso de S4, uma questão interessante: Quando ela refere a experiência do filho do sexo masculino que está desempregado, sua fala traz uma certa revolta pelo fato de que há hoje mais mulheres ocupando espaço no mercado de trabalho. Segundo sua fala, a ocupação destes espaços pelas mulheres parece ser uma espécie de usurpação do espaço masculino. A questão é tratada como se as mulheres que ocupam este espaço o fizessem de forma ilegítima.

Quando indagada de qual seria o papel do homem na família, vejamos o que ela refere:

Rosa “Eu acho que primeiro é sustentar a casa. Se bem que agora tá muito difícil porque não tem emprego. Tu acredita que não tem uma loja dessa (apontando pra loja em frente) que contrate homem? Só contrata mulher. Meu filho tem 20 anos e pejeja(sic) pra arranjar um emprego, mas não tem. As mulheres em vez de ficar em casa vão pras lojas tomar o emprego dos homens. E eu acho que isso foi por causa de Dilma. Depois de Dilma as mulheres ficaram com muita liberdade/ mais que os homens”.

Outro ponto importante veio com a referência que ela faz à presidenta Dilma, ao atribuir a ela a “culpa” pelo desejo das mulheres de ocupar outros espaços além do espaço doméstico.

Esta visão se ancora em construções sociais de gênero que conferem uma naturalidade a esta hierarquia que faz com que o corpo discursivo não sinta nenhum constrangimento em exprimir esta insatisfação pelo espaço “tomado” pela mulher.

O que nos remete ao pensamento de BOURDIEU (1989), que ao tratar da violência simbólica refere que ela só triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la, na perspectiva de que a dominação masculina se faz à medida em que as próprias mulheres justificam essa dominação.

Em seu discurso, Rosa legitima essa dominação masculina ao atribuir ao homem um espaço reservado no mercado de trabalho, um espaço que para ela, pertence a ele por direito. Percebe-se em sua fala que ela não faz qualquer alusão à qualificação para o trabalho a ser exercido, por exemplo.

Na mesma esteira é o discurso de Margarida quando indagada sobre o papel do homem na família:

“Tem muita coisa importante. O meu é bom, porque nunca viveu com rapariga(sic) por ai. Bebe pouco e não gosta de sair de casa. Meus meninos nenhum puxou(sic) a ele”.

Quando a pergunta é reiterada, ela continua:

“ Eu acho que mais importante de tudo é respeitar a mulher e os filhos. Porque se tem respeito a gente passa pelas outras coisas.”

Aqui o sujeito feminino atribui ao marido a qualidade de ser “bom” por não a trair e refere o respeito como o papel que o homem tem na família. Inicia afirmando que há muita coisa importante, mas a seguir direciona a questão para o espaço sexual, colocando esta como a questão fundamental ao referir que se existe este tipo de respeito, as demais coisas não possuem tanta importância.

Novamente a mulher se coloca como passiva na relação familiar, esperando que o marido a presenteie com seu respeito. A referência a que os filhos não são como o pai, também denota a expectativa de que existe um papel específico a ser desempenhado pelo homem e que os filhos deveriam tê-lo aprendido com o pai.

3.4 O afeto dos corpos políticos: como o Estado afeta a família

Outro questionamento que se pretendia responder com a pesquisa, diz respeito ao afeto dos corpos políticos. Quando referimos na pesquisa bibliográfica a existência de um circuito de afetos biopolíticos onde a família é atingida de fora para dentro por outros corpos políticos, referíamos sobretudo as ações ou omissões por parte do Estado as quais são capazes de afetar o sujeito de forma particular e a família enquanto construção coletiva. Para analisar esta influência estatal e a percepção que o corpo discursivo tem a respeito dela, se questionou acerca de das dificuldades enfrentadas pelo sujeito de forma individualizada e qual era a responsabilidade do Estado sobre isto.

Neste sentido os discursos referem preocupações que giram em torno da questão econômica, voltada sobretudo, para a questão do trabalho. A maioria dos sujeitos refere como são afetados pela crise econômica demonstrada na constatação de que o comércio não está aquecido, referindo dificuldades nas vendas de seus produtos.

Em todas as falas, o Estado aparece como o ente protetor cuja dominação, como demonstrado por SAFATLE(2015), se impõe pelo medo da desproteção como o afeto que subjuga a sociedade. Todos referem, ainda que de forma velada, o medo de não conseguir se sustentar em razão da situação econômica e atribuem ao

Estado a responsabilidade por resolver estas questões. Percebe-se que nenhum dos sujeitos se referiu a uma participação ativa da Associação dos Artesãos ou mesmo uma ação individual. Os discursos sempre são postos a partir de uma posição de passividade, aguardando do Estado uma solução. Isto fica claramente demonstrado na fala de Crisântemo:

“Eu acho que o principal é a falta de apoio, que a gente não tem. Aqui a gente quase não tem ajuda de ninguém. Pra você ver, tem gente da prefeitura mesmo que vem aqui e quando olha o preço das peças diz que a gente não vende porque as peças são caras. Não sabe o trabalho que dá e fica desfazendo da arte da gente. O prefeito não vem aqui saber das nossas necessidades. Pensa que só porque tem água e luz não precisa do resto. Eu acho que o que o governo precisa dar é incentivo pra nós.”

Também na fala de Cravo, o que se destaca é a ideia de que a responsabilidade é do poder público quando durante toda a fala usa o verbo “dever” como imperativo:

Tem muita coisa. Aqui na associação por exemplo o prefeito não ajuda muito não. Porque ele podia ajudar a gente né? devia ajudar a divulgar também. Tem muita gente que nem sabe que isso aqui existe. Devia também fazer como outros lugares onde a Associação empresta dinheiro pra os artesãos como um empréstimo do banco. Porque aí quando tivesse esses períodos mais fracos a gente não ficava tão apertado.

Os sujeitos da pesquisa não se perceberam implicados no processo de construção de uma realidade diferente. O modo como são afetados por agentes externos não causou portanto um agenciamento, que requer uma atitude ativa como possibilidade de mudar a situação posta. Os sujeitos percebem a realidade que os cerca de forma fragmentada, pois parecem incapazes de pensar alternativas para a modificação do seu status, olhando essa realidade como se a enxergassem de fora. A implicação é fundamental para criar o novo a partir de uma tomada de consciência política de seu papel.

A prática clientelista profundamente arraigada no modelo de fazer política no nordeste de forma geral e em particular no interior do Ceará é quem sustenta e reproduz esta atitude de dependência extrema do governante, que se afasta da ideia de uma real representatividade popular, distanciando o sujeito do seu representante político e o relegando a um papel de dominado e não partícipe dos processos decisórios.

Conforme JARA(1998):

Uma comunidade tem consciência política quando seus pensamentos e sentimentos expressam uma leitura crítica de sua realidade, bem como uma energia viva, pronta para agir. Quando falamos de consciência, falamos da visão

da totalidade dos aspectos materiais, espirituais, intelectuais e culturais da vida. Quando essa visão da totalidade é fragmentada ou mantida apagada, o cidadão não tem condições para influenciar no movimento do seu próprio destino(p.159)

Ainda focando na figura do Estado como aquele corpo que é capaz de afetar a família, tiramos o foco da questão individual de como os sujeitos se percebem afetados pelo Estado, para indagarmos como o Estado afeta as famílias, procurando levar a questão mais para o coletivo que para o individual.

Interessante perceber que todas as falas continuam no mesmo sentido. Todos os sujeitos referem os serviços considerados básicos como problemáticos quando da inércia do Estado. Novamente, percebe-se uma dificuldade de se estabelecer uma visão mais ampliada do papel do Estado, do papel do sujeito ou mesmo do alcance das dificuldades que a falta ou ineficácia na prestação destes serviços gera para a família. As preocupações porém deixam de girar em torno do eixo econômico para se ampliarem para áreas como saúde e educação, porém ainda o Estado é referido como responsável absoluto pelas mazelas. Uma fala interessante se sobressai das demais, que é a fala de Margarida:

“Eu acho que a família não é muito afetada não. Acho que é(sic) mais as pessoas mesmo. Porque a família continua do mesmo jeito, mesmo sofrendo né? Agora quem precisa do governo sofre muito. Eu não preciso, mas vejo o povo que precisa como sofre. E ai deles se não fosse o Lula que foi quem se lembrou dos pobres porque esse Temer ai quer é que os pobres morram mesmo.”

Ao afirmar que acha que a família não é afetada mas apenas as pessoas o são e que a família continua do mesmo modo, novamente aparece a desimplicação, no sentido de que ela não enxergou como o Estado afeta coletivamente o núcleo familiar, mas pensou em cada sujeito de forma individualizada, quando refere que ela não precisa do governo.

Outro aspecto que se destaca na fala dos sujeitos, tanto pensando individual quanto coletivamente é a personificação do Estado na figura de um governante específico, e o fato de que as críticas ao Estado, seja para o bem ou para o mal são personificadas na figura de quem exerce o poder.

Esta personificação do ente estatal serve muito bem à ideia de controle referida por SAFATLE(2015). Deixa-se de enxergar o Estado como ente de onde emana poder, para enxergá-lo a partir do governante individual. Serve muito bem aos

interesses das classes dominantes que a classe menos favorecida atribua culpas individuais, esquecendo-se do sistema que sustenta estas desigualdades.

A percepção deste estado de coisas requer a quebra deste modelo de cidadania fictícia, para uma participação real da população nos processos decisórios. A qualidade de vida desejada para agora e para o futuro, virá da correta atribuição das responsabilidades ao Estado, ao indivíduo e à sociedade civil organizada, pois o mercado é incapaz de responder às necessidades humanas tais como afeto, subsistência e proteção.

3.5 A sustentabilidade como um conceito e a sustentabilidade na família

Também se procurou, a partir das falas dos sujeitos da pesquisa, indagar acerca do conhecimento dos mesmos sobre sustentabilidade a partir, inicialmente de seu conceito. Dos cinco sujeitos ouvidos, apenas dois sabiam referir algo sobre sustentabilidade. Quando porém falam de sustentabilidade, esta aparece voltada para a dimensão ambiental, como se o conceito se resumisse apenas a esta dimensão.

Tal afirmação aparece na fala de Crisântemo, que inicialmente equivoca-se quanto ao conceito para depois referir a questão da água.

“Eu acho que é aquele negócio de separar o lixo né?/ É não, isso é de reciclar né?”

Após a entrevistadora exemplificar dizendo que é utilizar os recursos se preocupando para que os outros também utilizem sem que falte pra ninguém, ele continua:

“A gente tem muito disso aqui por causa da água. Na romaria falta logo porque os romeiros usam tudo. Também a prefeitura não liga/ todo ano tem isso e nada de resolver. O povo não quer saber dos outros não. É cada um por si.”

A questão do consumo também aparece na fala de Gerânio:

Eu já li sobre isso num curso que eu fiz que era de aproveitamento de palha de coco. É esse negócio de cuidar do planeta/ Tinha uma cartilha que falava sobre essas coisas e sobre lixo eletrônico também. Eu acho que até inda(sic) tenho ela lá em casa. Sabia que o povo dos Estados Unidos joga as coisa novinhas no lixo? E a gente aqui o maior sofrimento pra comprar uma besteirinha(sic)/.

Em momento algum os sujeitos referiram qualquer ligação entre sustentabilidade e política ou fizeram referência à cultura ou suas impressões

individuais sobre o tema. As referências feitas pelos dois sujeitos, levaram em consideração o conceito construído de dois modos: a ideia de sustentabilidade percebida na dificuldade com a água como um problema da cidade e o conceito que foi construído a partir da leitura de uma cartilha sobre lixo.

É significativo que num momento em que os organismos internacionais e o próprio governo no âmbito dos países tenham como meta o alcance de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável até 2030, as populações menos favorecidas e as mais prejudicadas pelas práticas de insustentabilidade, sequer saibam do que se trata.

Interessante notar que quando Gerânio refere seu conhecimento sobre o tema, recorda que o conheceu numa cartilha, deixando antever o papel que a educação tem no processo de propagação do conceito de sustentabilidade.

Por fim, procurando ligar as questões até aqui propostas e perceber como a família se insere ou imagina se inserir como responsável ou não por práticas de sustentabilidade, se indagou aos sujeitos da pesquisa quais eram as práticas realizadas pela família consideradas sustentáveis. Para isto, esclareceu-se acerca do conceito, inclusive ampliando-o para inserir noções como afeto, cuidado, os papéis dentro da família e o papel do Estado.

Mais uma vez tem-se aqui, nos discursos dos sujeitos da pesquisa a dificuldade com relação à sustentabilidade. Por não conseguirem construir um conceito acerca de sustentabilidade, os sujeitos tem a mesma dificuldade em enxergar em seu entorno as práticas sustentáveis. É fala comum em todos os discursos a expressão “eu acho” o que denota a insegurança a respeito das práticas de sustentabilidade.

Novamente a sustentabilidade como reutilização de materiais aparece no discurso, como na fala de Cravo quando indagado sobre o que é feito na família que pode ser considerado uma prática sustentável:

“Eu acho que só eu trabalhando com essas coisas que podiam ir pro lixo eu já to contribuindo né? Porque tem muita gente que pega uma madeira dessa(apontando) e pensa logo em jogar no fogo. Eu não, penso é no que dá pra fazer com ela. E também lá em casa a gente não é de desperdiçar as coisas. Eu sempre digo pra minha mulher que a gente precisa economizar pra não faltar. Acho que assim eu faço a minha parte.

Na fala de Margarida, ela já refere uma ideia de sustentabilidade como uma prática coletiva:

“Eu acho que minha família ajuda com cada um fazendo a sua parte. A gente não recicla em casa mas reciclamos muita coisa trabalhando né? Eu e meu menino quando estamos trabalhando com palha a gente sempre fala isso. Que a palha ela pode fazer muitas coisas diferentes e boas. Pode ser cesto, pode ser bolsa, chapéu, vassoura. Ai quando a gente faz essas coisas de palha a gente acaba ajudando a transformar uma coisa que não tinha serventia em várias coisas que servem para as pessoas.”

A sustentabilidade como um conceito multidimensionado, inserido na família, no Estado, sustentado e movimentado por afetos, não foi percebida por estes sujeitos. Dito de outro modo, estes sujeitos não entendem qual o seu papel quando se trata de sustentabilidade nem percebem de que modo questões como segurança, qualidade de vida e desenvolvimento econômico se ligam ao conceito de sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável como consequência de uma sustentabilidade pautada na ideia de equilíbrio também não foi percebida pelos sujeitos da pesquisa.

Em suas falas, o discurso que emerge é de uma família pautada num modelo patriarcal, com os papéis masculinos e femininos bem definidos, com um Estado percebido como paternal, responsável último e direto pelo bem estar individual e coletivo. O afeto como emoção aparece na ideia do cuidado, da família como lugar de felicidade do indivíduo, mas não como um sentimento capaz de modificar um estado social, capaz de construir novas formas de implicação dos sujeitos ou de proporcionar qualidade de vida às populações.

A sustentabilidade é pouco conhecida como um conceito ampliado, e quando entendida pelos sujeitos, estes a percebem em sua dimensão ambiental e não se mostram capazes de estender o conceito a outras áreas.

A pesquisa mostrou que, apesar dos esforços empreendidos a nível global pelos diversos organismos internacionais e governos e apesar de sustentabilidade ser a palavra do momento nas agendas de praticamente todos os países, as populações menos favorecidas não foram alcançadas ainda sequer pelo seu conceito.

Apesar de tal questão não ter sido alvo de perguntas diretas aos sujeitos da pesquisa, o nível de escolaridade ostentado pelos mesmos é baixo, podendo explicar as dificuldades na formulação de conceitos mais abstratos ou mais profundos como sustentabilidade ou sustentabilidade afetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor tratar da dimensão afetiva da sustentabilidade a partir de sua percepção dentro das famílias, partiu-se de um imaginário de sustentabilidade e conseqüentemente de possibilidade de desenvolvimento sustentável pautado em processos de desenvolvimento socioeconômico, ambiental, diversidade cultural e liberdade ampliada.

Dimensionar sustentabilidade e desenvolvimento sustentável partindo de espaços locais definidos, mesmo levando em conta um fenômeno multiforme como a família é pensar que tal desenvolvimento só pode ser construído a partir de modificações significativas no cerne destes espaços coletivos e individuais de gestão de sonhos. Não há possibilidade de construção de um futuro diferente senão pelo conhecimento do presente e reconhecimento das instituições herdadas do passado.

O Estado enquanto ente responsável por orientar a transição do ponto de vista político, de um espaço de insustentabilidade para um espaço sustentável, somente será capaz de realizar este papel através de uma participação popular consciente, democrática e transparente. Para isto, compreender primariamente como seu papel afeta as comunidades e os sujeitos individuais e como os afetos biopolíticos circulam entre estes diversos sujeitos é o caminho para a modificação destes mesmos afetos.

Sustentabilidade, em todas as suas dimensões só será alcançada quando pautada no elemento humano como destinatário final. Desenvolvimento real só será alcançado a partir da conjugação de fatores como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, combate à violência e a todas as formas de marginalização e a construção de um modelo de desenvolvimento que leve em conta as peculiaridades regionais. Para além de um viés meramente economicista, é preciso construir estratégias capazes de ultrapassar as barreiras culturais e ideológicas que conduzem à perpetuação de um modelo de desenvolvimento excludente e direcionado, onde as populações menos favorecidas não estão inseridas.

Nesta perspectiva, é preciso construir não um planeta sustentável, mas uma sociedade sustentável. Pensar sustentabilidade a partir do afeto é entender os

traços emocionais, espirituais, culturais, os modos de vida e os valores que cada grupo e indivíduo carrega e perpetua em suas interações entre si e com o meio.

Não é um processo linear, mas cheio de rupturas, contradições, mudanças e permanências. É antes de tudo um processo de resistência, de afirmação de coragem, de luta contra a submissão historicamente produzida.

Movimentar afetos que desconstruam o velho e construam o novo, requer um emocionar coletivo, que só se consegue através de um processo permanente de reconhecimento da própria força e desejo de transformação. Ultrapassar o materialismo, o individualismo e o medo é o caminho para semear os valores que construirão o desenvolvimento sustentável. Sustentado nos afetos, na mudança das relações individuais e sociais e na transformação do modo como pensamos, agimos, trabalhamos e existimos.

Mudar na família e a partir dela é emprenhar-se de afetos alegres que permitam construir o novo. Este caminho passa pelo reconhecimento da individualidade e pela valorização do criar coletivo, pois não existe sustentabilidade onde os afetos são aprisionados pelo medo.

Conclui-se que a dimensão afetiva da sustentabilidade como aquela que reúne as formas de circulação de desejos entre corpos políticos e sujeitos, carece de reconhecimento. Não interessa aos detentores do poder que as populações sejam capazes de agenciar-se coletivamente e formular caminhos. Talvez por isto, desenvolver estas capacidades através da educação, de formas reais de participação democrática e implicação efetiva nos destinos da coletividade seja sempre um exercício de resistência. Afetar é sempre um processo ativo, construído a partir de uma tomada de posição. Assim, pressupõe ocupar os espaços decisórios, protagonizar encontros alegres e aumentar a potência dos afetos.

A transição para uma sociedade sustentável se dará através do afeto como solidariedade, reconhecimento de si e do outro e sinergia. Processos sociais e ambientais injustos só serão superados coletivamente. Sem este reconhecimento, qualquer tentativa de desenvolvimento fracassará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido** in Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. LIVRO DIGITAL. Brasília: MMA, 2005, Pg. 223 Acesso em 18 de janeiro de 2018, disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/encontros.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2018.
- ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto. 2007.
- ANGELIN, Rosângela. **Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo** Disponível em: http://www.hortaviva.com.br/midioteca/bg_artigos/msg_ler.asp?ID_MSG=138 acesso em 28 de janeiro de 2018.
- AZEVEDO, Álvaro Vilaça. **Curso de direito civil – Família**. Rio de Janeiro. Atlas 2013.
- BERGER, Peter L., BERGER, Brigitte. **O que é uma instituição social?** In : FORACCHI, M. M., MARTINS, J.S. (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Estruturas sociais e estruturas mentais**. 1991. Disponível em : https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/377773/mod_resource/content/1/BOURDIEU%20Pierre.%20Estruturas%20sociais%20e%20estruturas%20mentais.%20Pr%C3%B3logo%20C3%A0%20La%20noblesse%20d%C2%B4%20C3%89tat.pdf Acesso em 18 de dezembro de 2017.
- BRANDÃO Israel Rocha. **Afetividade e Transformação Social** - sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Ceará, Edições universitárias - UVA. 2015.
- BRASIL – **Indicadores de desenvolvimento sustentável** – IBGE 2015. Disponível em: <https://sosgisbr.com/2016/06/23/indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel-brasil-2015-ibge/#jp-carousel-1545> Acesso em 13 de janeiro de 2018.
- BRASIL – Transformando nosso mundo : A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável- Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf acesso em 20 de janeiro de 2018.

BRASIL, Adélia Alencar. **Sustentabilidade e protagonismo feminino no semiárido. um estudo de caso da comunidade rural Baixo grande, Assaré-Ceará.** Disponível em: <http://proder.ufca.edu.br/wp-content/uploads/sites/19/2016/04/0001.pdf> acesso em 15 de setembro de 2017.

BRASIL. **Objetivos do desenvolvimento do milênio NO PNUD.** Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/> acesso em 20 de janeiro de 2018.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. (1991). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora FGV.

BRUSECKE, Franz. FERREIRA, Leila. VIOLA, Eduardo (orgs.) **Desestruturação e desenvolvimento Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas: Unicamp, 1996.

BURSZTYN, Marcel. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Ed. Garamond Rio de Janeiro , 2001.

CASEY, James. **História da família.** São Paulo, Ed. Ática. 1992.

CEARÁ. **Perfil básico municipal do Juazeiro do Norte** Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/139x.htm> acesso em 16 de janeiro de 2018.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.)– **Família e...** São Paulo. Ed. Casa do psicólogo, 2010.

CERVO, Amado L.; BERVIAN. Pedro A, SILVA. Roberto da, **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga.** EDAMERIS: São Paulo, 1961.

DELEUZE, Gilles. GUATARRI, Felix. **Mil Platôs**, vol.II, São Paulo: ed. 34, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza: filosofia prática.** São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Espinoza e o problema da expressão.** Ed. 34 São Paulo.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis/RJ. vozes, 2015

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família.** Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_o8-Rn3Gm8wC&oi=fnd&pg=PA27&dq=+o+indivíduo+na+fam%C3%ADlia&ots=xEeLLWlrhF&sig=7j0uRTgwgsGlwpS071eRRnKH_as#v=onepage&q=o%20indivíduo%20na%20fam%C3%ADlia&f=false Acesso em 15 de dezembro de 2017.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo. Martins Fontes, 1992.

SAFATLE Vladimir : **Sobre afetos e corpos políticos.** Entrevista. Disponível em :

<http://www.otempo.com.br/diversão/magazine/sobre-afetos-e-corpos-políticos-1.1304232> Acesso em 09 de outubro de 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira 1984.

FIORIN, José. Luis. **Tendências da análise do discurso**. Estudos Linguísticos, v.19, p.173-9,1990.

FLORES, Bárbara Nascimento. TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo, **Ecofeminismo e comunidade sustentável**. Revista estudos feministas. Florianópolis 2015. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/09032015-035123ecofeminismo.pdf> acesso em 27 de janeiro de 2018.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FREY, Klaus - **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/asoc/n9/16878.pdf> acesso em 15 de janeiro de 2018.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Épocas de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. FISHER, Tânia. **O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural**. In Cadernos de gestão social.vol. II UFBA. 1999. Disponível em: http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/75/pdf_1 Acesso em 21 de janeiro de 2018.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local :Desafios de um processo em construção**. ICCA, Recife, 1998.

LANE, Silvia. CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social o Homem Em Movimento**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

LEFF, Enrique – **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro Ed. Civilização Brasileira , 2006.

LONG, Norma. Jan Dowe, VAN DER PLOEG. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura.** Disponível em: www.6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_38.doc acesso em Julho de 2017.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ONU BRASIL **Objetivos do desenvolvimento sustentável completam dois anos** 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu-completam-2-anos/> Acesso em 18 de janeiro de 2018.

OSBORNE, Richard, **Dicionário de Sociologia.** [S.l.:s.n.], 2008. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/7771703/Richard-Osborne-Dicionario-de-Sociologia-PDF>. Acesso em 16 de janeiro de 2018.

PACHECO, T. **Desigualdad, injusticia ambiental y racismo: una lucha que trasciende el color de la piel.** Ed. Polis, 2007.

PÊCHEUX, M. **Apresentação da AAD.** In: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux).** Campinas. Ed Pontes, 1990.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil – São Paulo, Editora Contexto, 2012).**

RADOMSKY, Guilherme. PEÑAFIEL, Adriana. – **Desenvolvimento e Sustentabilidade – Curitiba.** Ed Intersaberes 2013.

ROCHA LOURES, Rodrigo C. da – **Sustentabilidade XXI – educar e inovar sob uma nova consciência.** São Paulo. Ed. Gente, 2009.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social.** São Paulo, Martin Claret. 2003.

SACHS, Ignacy **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento.** São Paulo: Vértice..1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado .** Rio de Janeiro. Garamond 2004.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SAFATLE, Vladimir – **O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** São Paulo Ed. Autêntica,2015.

SEN, Amartya **.Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Cia das Letras, 2000.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TODOROV, Tzevetan – **Os inimigos íntimos da democracia** – São Paulo. Companhia das letras, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas.1987

VEIGA, José Ely da, **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI** Rio de Janeiro: Garamond, 2008 3º ed.

VEIGA, José Ely da. **Desenvolvimento rural – O Brasil precisa de um projeto**. Texto para Contag 1988..Disponível em: <http://www.contag.org.br>

VIOLA, Eduardo ;FRANCHINI, Matias . **Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários**. Ambiente & Sociedade (Online) , v. 15, p. 01-18, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300002
Acesso em 12 de janeiro de 2018.

YIN. Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre. Bookman, 2005.

FORMULÁRIO DE PESQUISA:**NOME** _____**IDADE** _____ **ESTADO** _____ **CIVIL** _____**ESCOLARIDADE** _____**OCUPAÇÃO** _____**1 – VISÃO DA FAMÍLIA:****A) O QUE É FAMÍLIA PARA VOCÊ?****B) QUAL O SEU PAPEL NA SUA FAMÍLIA?****2- DIVISÃO DE PAPEIS NA FAMÍLIA****A) QUAL É A FUNÇÃO DOS HOMENS NA FAMÍLIA?****B) QUAL É A FUNÇÃO DAS MULHERES NA FAMÍLIA?****3- AFETO E SUSTENTABILIDADE:****A) O QUE É SUSTENTABILIDADE?****B) QUAIS OS MAIORES PROBLEMAS ENFRENTADOS NA FAMÍLIA NO QUE DIZ RESPEITO AOS SERVIÇOS OFERECIDOS OU NÃO PELO ESTADO?****C) QUE PRÁTICAS SUA FAMÍLIA REALIZA QUE PODEM SER CONSIDERADAS SUSTENTÁVEIS**